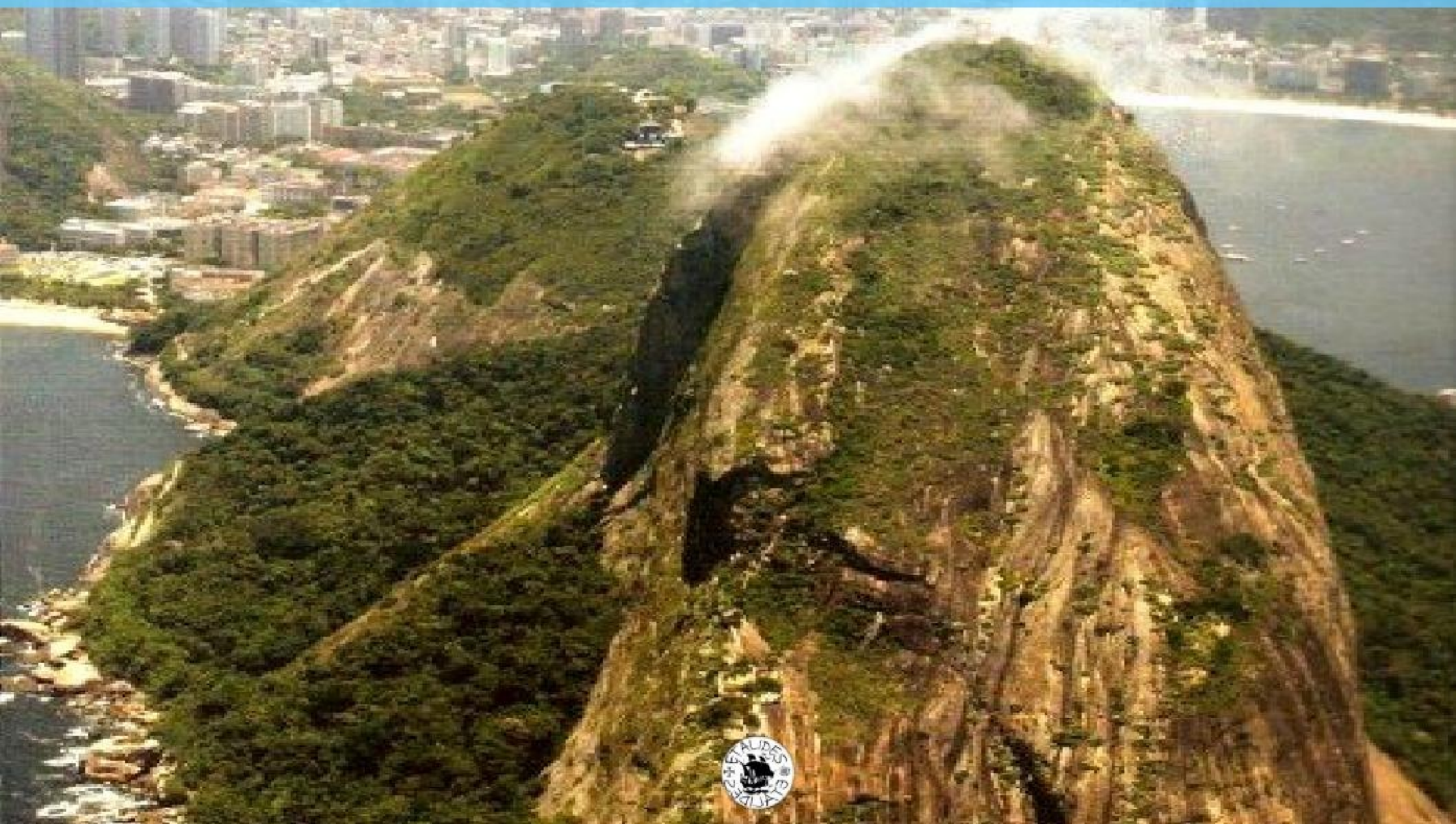
Rio de Janeiro

Cidade maravilhosa, insólita e secreta

GUIAS INSÓLITOS DO MUNDO

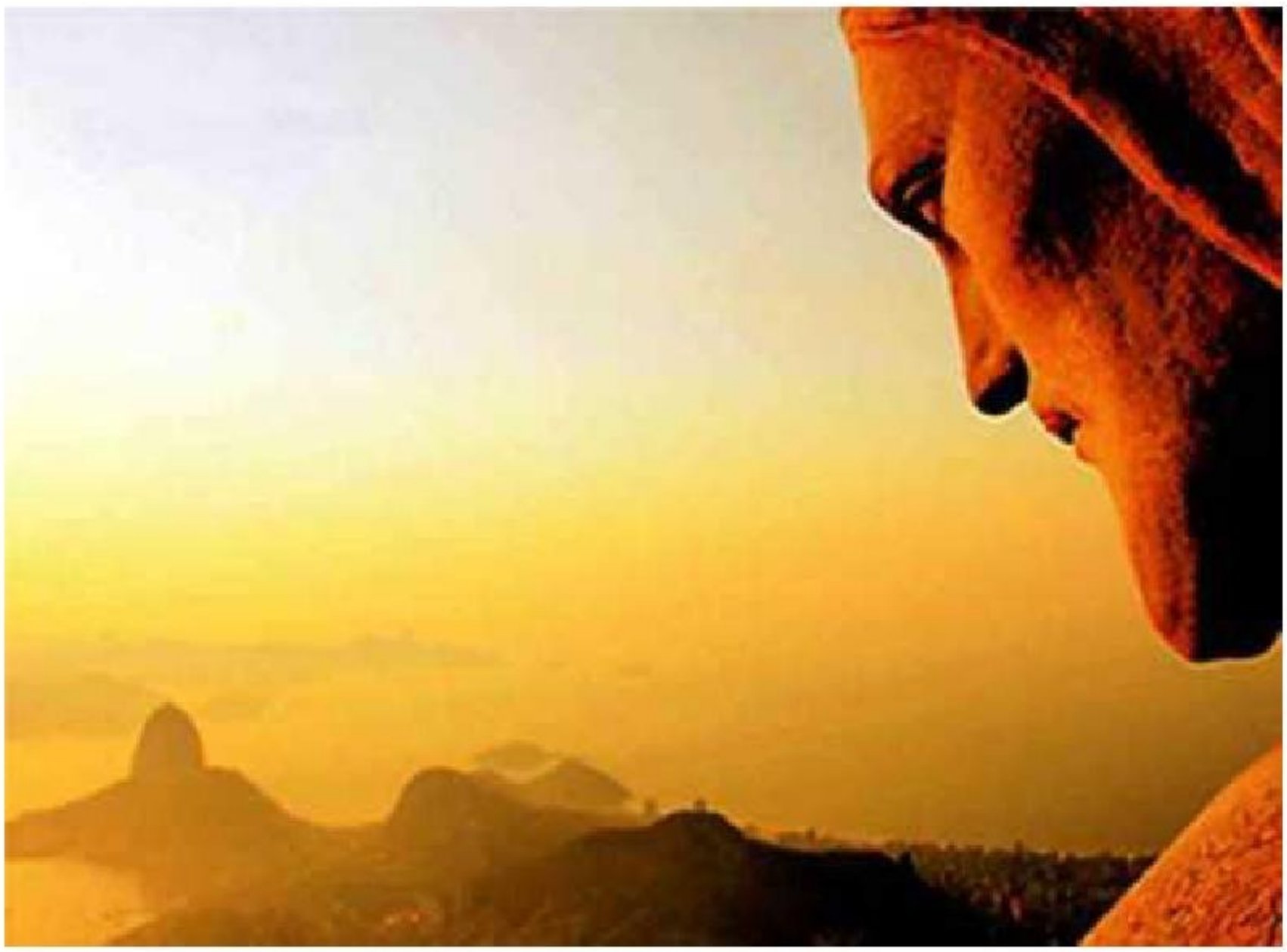
Vítor Manuel Adrião



Rio de Janeiro, cidade mararilhosa, insólita e secreta — Por Vitor Manuel Adrião

Segunda-feira, Ago 5 2013

lusophia 11:00



2013

Impressão e Edição:

Etálides Edições

http://lusophia.wordpress.com
Email: hmartins.es@gmail.com

INDICE

SIGNIFICADO OCULTO DO MORRO DOS DOIS IRMÃO 4

A ESCRITA MISTERIOSA DA PEDRA DA GÁVEA 6

PÃO DE AÇÚCAR, ONDE O DIABO FOI APRISIONADO 8

O PARQUE LAGE E A "TERRA OCA" 10

OS SEGREDOS DE N.ª SR.ª DA GLÓRIA DO OUTEIRO 12

SÍMBOLOS DA "TRANSLATIO IMPERII" NO PALÁCIO DO CATETE 14

PALÁCIO PEDRO ERNESTO: ONDE OS DEUSES INSPIRAM OS POLÍTICOS 16

MENSAGEM OCULTA DO MONUMENTO A D. PEDRO I 19

ORIGEM E SIGNIFICADO DA BANDEIRA DO BRASIL 21

SÍMBOLOS MAÇÓNICO-REPUBLICANOS NO PALÁCIO TIRADENTES 23

AS VIRTUDES MAÇÓNICAS NA PRAÇA TIRADENTES 25

O «MONGE FANTASMA» DO PALÁCIO LARANJEIRAS 30

AS CASAS MAL-ASSOMBRADAS DO RIO DE JANEIRO 32

LAZARETO E AS TRAGÉDIAS ESQUECIDAS 35

O MARACAJÁ ENCANTADO DA PEDRA DA ONÇA 36

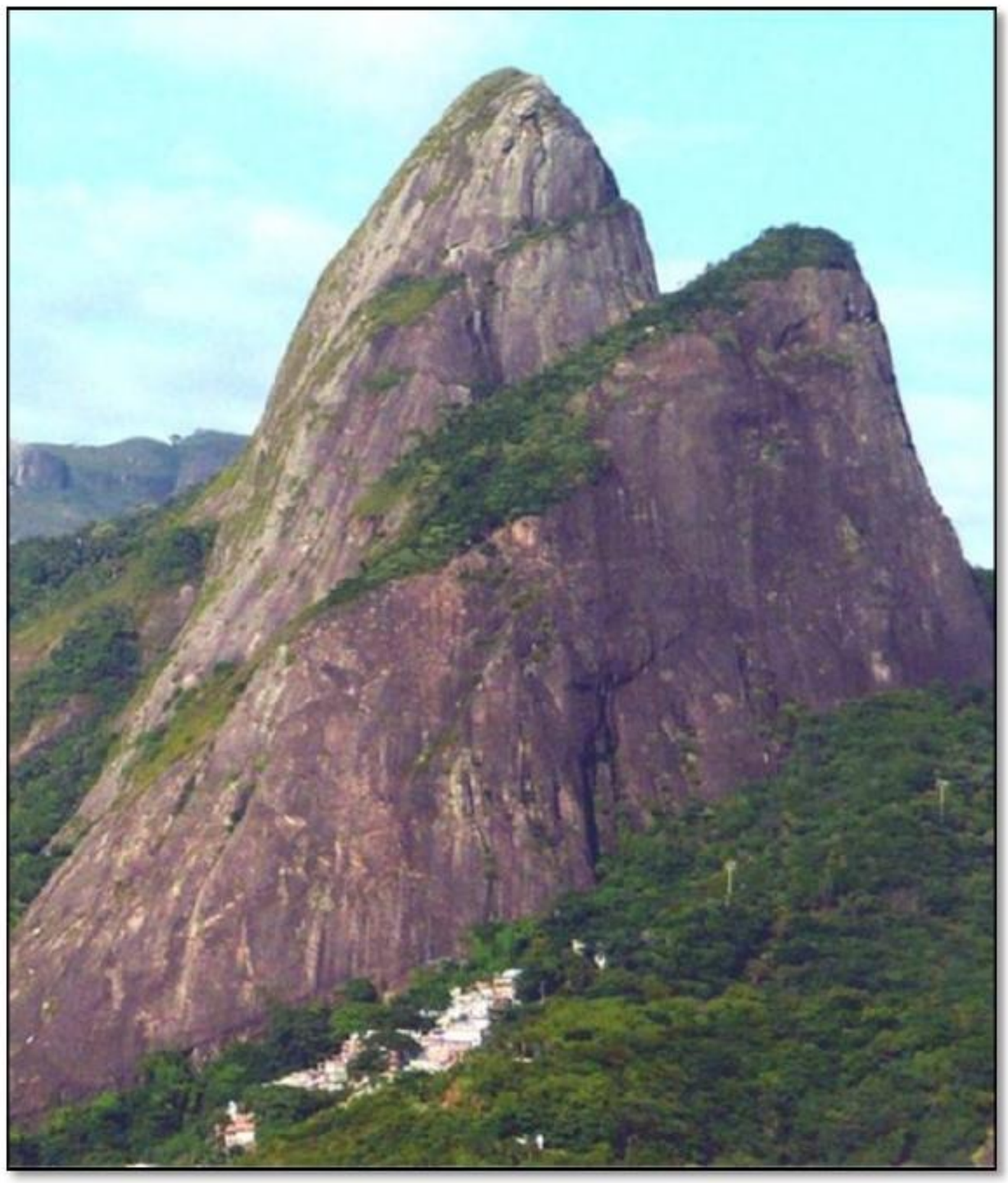
SIGNIFICADO OCULTO DO MORRO DOS DOIS IRMÃOS

O *Morro dos Dois Irmãos* eleva-se sobre o bairro nobre de Ipanema, no sul da cidade do Rio de Janeiro, fundado em 1894 por José António Moreira, conde de Ipanema. Mas já antes de surgir esse bairro que o morro era pomo de atenções dos parte dos tupinambás, indígenas tupis vivendo junto ao litoral, que lhe dedicavam um culto especial que as crónicas capuchinhas registaram juntamente com as lendas índias sobre o mesmo, sendo o próprio nome *Ipanema*, "água imprestável" (para beber, alusão ao mar salgado do oceano defronte), de origem tupi.

A cultura religiosa tupi baseava-se no culto da Natureza onde as formas líticas tinham especial relevância, como foi o caso deste morro geminal onde um forma cónica sobrepõe-se a outra triangulada cedo associada a *Jacy* (a Lua, a Mulher) para aquela de *Tupan* (o Sol, o Homem). Como são os dois luminários maiores da Terra marcando o dia e a noite, a actividade dos corpos e o repouso das almas, ficariam assinalados como *Dois Irmãos*.

A celebração desse culto lítico era feita pelos índios da seguinte maneira: cultuavam o Sol (*Tupan*) nas partes altas do Rio de Janeiro com danças e cantares guerreiros evocando a força solar, onde os homens tinham primazia, e a Lua (*Jacy*) nas partes baixas da que era então *taba* ou aldeia, com danças e cantares evocativas da energia maternal representada pelas águas do oceano, onde as mulheres tinham destaque. Como necessitassem de uma representação totémica dos dois luminários celestes e vendo os contornos sugestivos do morro geminal de *Upabanem* (Ipanema), elegeram este como representativo dos mesmos. Mas a sua história não fica por aí: no século XVI a actual região do Rio Janeiro a Niterói era ocupada pela tribo tupinambá dos*terminós* cujo chefe nada mais era que o famoso *Arariboia*. Nascido por volta de 1523, ele ajudou os portugueses a expulsar os franceses e seus aliados, os índios*tamoios*, da região carioca, tomando parte decisiva na vitória da batalha de*Uruçumirim* (actual Praia do Flamengo) em 20.1.1567. Como recompensa do seu esforço, *Arariboia* recebeu do rei Portugal, D. Sebastião, a cruz e o manto de cavaleiro da Ordem de Cristo, e recebeu-se com uma mameluca (mistura de sangue português com índio) de quem teve vasta descendência que se cruzaria com a família de António de Mariz Coutinho (Barcelos, 1537 – Brasil, 1584). Convertido ao Cristianismo, *Arariboia* adoptou o nome de Martim Afonso de Souza, em homenagem ao homónimo navegador português. Faleceu em 1574. Para perpétuar a memória heróica de *Arariboia* e de sua esposa mameluca que deu vasta progénie à raça brasileira, pouco depois da sua morte – se não ainda em vida –

os *terminóis* assinalaram o *Morro dos Dois Irmãos* como sendo a petrificação do seu grande chefe e mulher, por os consideraram as encarnações dos próprios *Tupan* e *Jacy*, deuses supremos do panteão tupi.



Mas há quem recue muito além do século XVI e afirme que o *Morro dos Dois Irmãos*, sobranceiro à *Pedra da Gávea*, é topónimo evocativo da memória do "Brasil Fenício", quando no ano 1000 a. C. *Baal-Zir*, o rei desterrado de Tiro, capital política da Fenícia, aqui terá chegado com a sua corte e família, nomeadamente os seus dois filhos gémeos, o rapaz *Yet-Baal-Bey* e a rapariga *Yet-Baal-Bel*, cuja lembrança ficaria perpetuada no nome *Morro dos Dois Irmãos* e que com a *Pedra da Gávea* compõem uma tríade lítica assinalando o Sol, a Lua e finalmente a Terra. Lenda ou talvez não, o facto é que os fenícios foram os maiores navegadores do Proto-História e "chegaram às terras mais longínquas do mar do ocidente" (o Atlântico), segundo vários historiadores, e na sua religião esses três astros tinham papel determinante, sobretudo o Sol a quem chamavam *Baal*, "Senhor", com o mesmo sentido dado pelos tupis a *Tupan*.

Memória mágica do Passado esquecido ou ignorado do Rio de Janeiro, aí está o *Morro dos Dois Irmãos* envolto nas brumas do mistério perspassando o tempo para que o pelo próprio cantor Chico Buarque suspeitasse: "Dois Irmãos, quando vai alta a madrugada / E a teus pés vão-se encostar os instrumentos / Aprendi a respeitar tua prumada / E desconfiar do teu silêncio".

A ESCRITA MISTERIOSA DA PEDRA DA GÁVEA

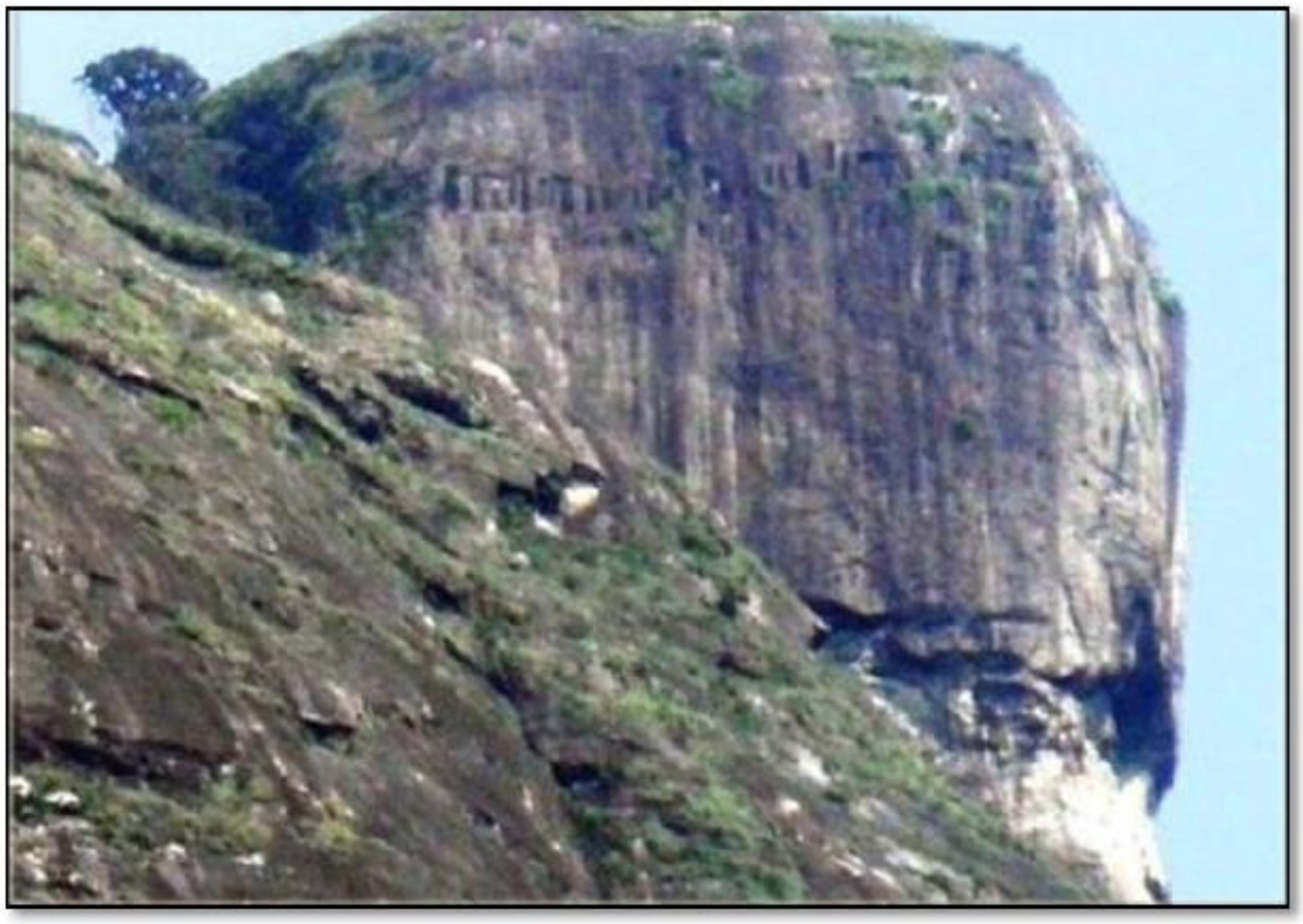
A *Pedra da Gávea* é um monólito de gnaisse cujo ponto culminante situa-se na Barra da Tijuca. O seu topo granítico está 842 metros acima do nível do mar e é considerado o maior bloco de pedra à beira-mar do planeta. É um dos pontos extremos do parque da Floresta da Tijuca e um dos miradouros mais espectaculares sobre a "cidade maravilhosa" do Rio de Janeiro.

O nome *Pedra da Gávea* remonta à épica expedição portuguesa do capitão Gaspar de Lemos, assim baptizada por ter sido a primeira montanha carioca a ser avistada em 1 de Janeiro de 1502 pelos marujos, reconhecendo nela o formato de um *cesto de gávea*, dando origem ao termo usado para toda a região da Gávea Pequena e para o actual Bairro da Gávea.

Este monólito é também conhecido como a Esfinge, diz-se que feita assim pelos navegadores fenícios chegados aqui cerca do ano 1000 a. C., tendo aproveitado o monólito para talhar nele os contornos de uma esfinge. Isto segundo a antiga teoria de Robertus Comtaeus Nortmannus em 1644, e de George Horn em 1652. O assunto seria retomado por Ludwig Schwennhagen em 1928, e sobretudo por Bernardo Ramos, o "Champollion brasileiro", em 1930. Este autor descobriu no paredão lateral da Pedra da Gávea umas inscrições que considerou serem as letras fenícias da frase que ele compôs e traduziu da direita para a esquerda: "Tyro Fenícia, Badezir, primogénito de Jethbaal". Mas em 1954 Henrique José de Souza, fundador da Sociedade Teosófica Brasileira, rectificou essa tradução interpretando a inscrição do modo seguinte: "Yetbaal, Tyro Fenícia, primogénito de Badezir".

Foi o Professor Henrique José de Souza quem mais profundamente abordou o mistério da Pédra da Gávea e a sua relação com a história fenícia do Brasil. Ele teve a primazia sobre todos quantos o seguiram no tema. Segundo o próprio, o rei desterrado de Tiro, capital política da Fenícia, *Baal-Zir* ou *Badezir* (donde se derivaria o topónimo *Brasil*, independentemente do nome do pau com esse nome), chegou aqui acompanhado dos seus dois filhos geméos *Yet-Baal-Bey* e *Yet-Baal-Bel*. Num dia em que estes

atravessavam a baía da Guanabara vindos de Niterói, a barquinha que os transportava soçobrou no meio de um violento temporal e eles morreram afogados. Recuperados os corpos, foram recolhidos ao interior da Pedra da Gávea (*Metaracanga*, em tupi) que assim passou a funcionar como um túmulo. Durante muitos milénios as relíquias fúnebres estiveram no interior do monólito escavado por mãos humanas e depois desapareceram misteriosamente, ainda segundo a história oculta que se conta deste maciço rochoso e que hoje faz parte do folclore e lendas urbanas alimentados pela indiscriminação de mil e uma seitas esotericistas tão do agrado popular.



De maneira que a frase "Yetbaal, Tyro Fenícia, primogénito de Badezir", seria uma homenagem póstuma do rei Badezir ao seu primogénito, e que a efígie do próprio monarca estaria talhada na fronte da Pedra da Gávea como um ancião barbudo com capacete. A pressuposta entrada para o interior do monólito é apontada como a enorme lage branca que se ergue nas traseiras da Pedra sobre o Bairro de São Conrado.

Mas o sugestionável misticismo urbano tomou conta deste lugar misterioso, justificando as suas crenças com estórias incríveis impossíveis de provar por basearem-se num insuportável "diz que disse". Diz que disse um dia dois razes fazem caça submarina no mar próximo e terem descoberto uma gruta que comunicava com o maciço rochoso, havendo ventilação natural e uma escadaria ascendente. Começaram a subi-la mas desmaiaram, e quando voltaram a si estavam no topo da Pedra da Gávea. Diz que disse de dois cientistas em 1937 passaram uma noite na Pedra da Gávea e viram sair pelas suas frechas uma estranha luz esverdeada, e espreitando pelas mesmas viram dentro dela muitas estátuas humanas.

Todas essas e muitas mais lendas e teorias, e o facto deste maciço rochoso ser campeão em número de mortes entre os escaladores, suscitaram as suspeitas dos pressupostos túmulos dos príncipes fenícios, com todos os seus tesouros, estarem realmente dentro dele. Assim, a taxa de mortalidade entre os alpinistas amadores, explicada pela sua pouca experiência, será a do número de vítimas da maldição caída sobre todos os que ousam tentar violar o segredo da *Esfinge* carioca que é a Pedra da Gávea, tão famosa que até serviu de modelo ao imperador D. Pedro II do Brasil, aclamado como uma esfinge numa gravura oitocentista.

PÃO DE AÇÚCAR, ONDE O DIABO FOI APRISIONADO

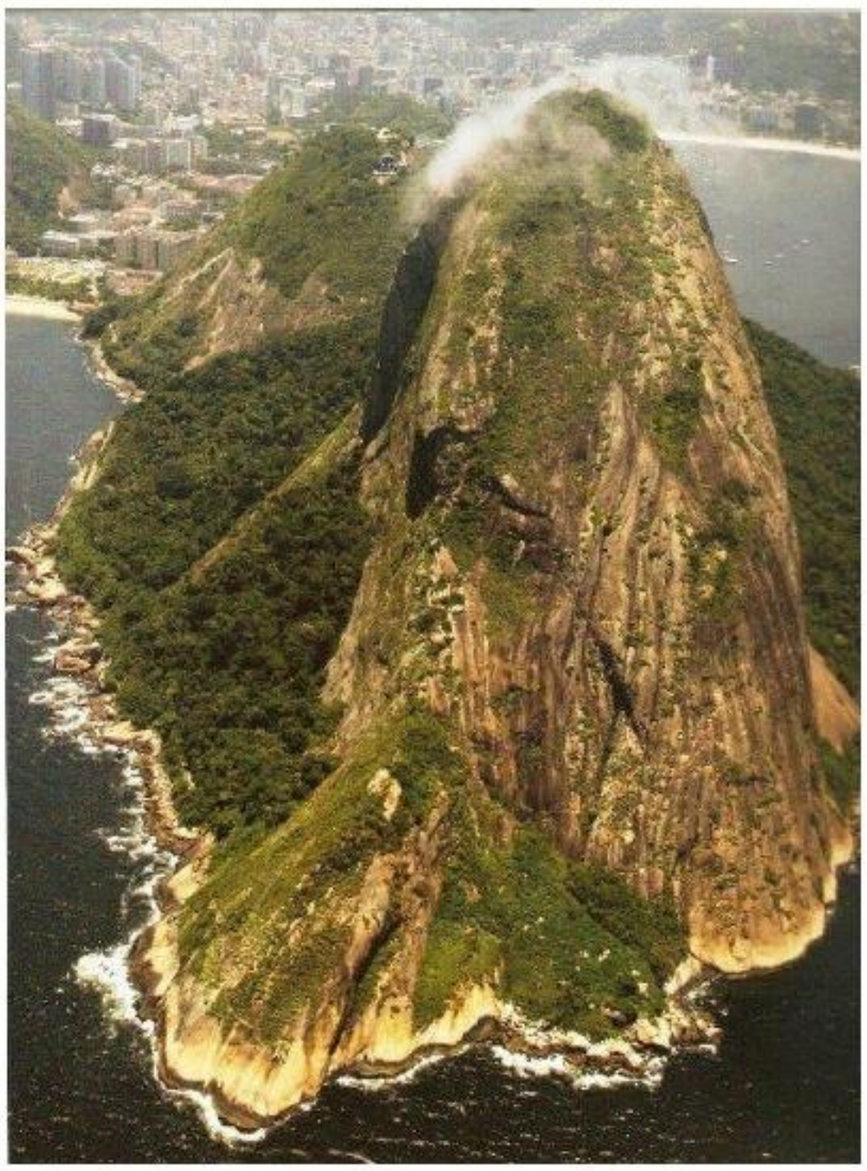
É praticamente certo que o penedo mais famoso do Rio de Janeiro alcantilado sobre a baía de Guanabara será o *Pão de Açúcar*. Com a sua forma cónica e mais de 500 metros de altura é o morro mais elevado de todos que o rodeiam. Ao seu lado, o Morro da Urca e à esquerda o istmo Cara de Cão, onde em 1565 Estácio de Sá fundou a cidade consagrando-a a S. Sebastião em 20 de Janeiro.

Há várias versões sobre a origem do nome *Pão de Açúcar*, a mais corrente aquela que indica os portugueses como responsáveis pelo topónimo: durante o apogeu do cultivo de cana-de-açúcar no Brasil (séculos XVI e XVII), após a cana ser espremida e o caldo fervido e apurado, os blocos de açúcar eram colocados numa forma de barro cónica (para transportá-los para Portugal) denominada *pão de açúcar*, pelo que a semelhança do penhasco carioca com aquela forma de barro teria originado o nome.

Este monumento esculpido pelos elementos da Natureza tem as suas histórias lendárias que são o deleite dos apaixonados amadores pelas coisas fantásticas e misteriosas. Figura com 200 metros de extensão há quem veja nela os contornos de uma esfinge tebana que ao entardecer e com um pouco de esforço e imaginação sugere a silhueta de um ancião que muitos chamam "Guardião da Pedra". Era tamanha a popularidade dessa narrativa que no século XIX os religiosos capuchinhos e jesuítas tentaram cristianizá-la: fizeram correr a versão lendária de que essa figura seria S. Pedro abraçando o penhasco do Pão de Açúcar, que representaria a Igreja, e apontaram acima da sua cabeça uma mitra episcopal confirmando assim que seria mesmo S. Pedro, o primeiro dos bispos de Roma.

Mas a versão mais aceite é aquela que recua ao pressuposto "Brasil Fenício" onde nesta mesma baía, segundo a história mítica, as forças do mal travaram batalha com as forças do bem que as venceram, não sem antes os dois filhos gémeos do rei *Baal-Zir*, de Tiro, terem morrido afogados vítimas de tempestade terrível desencadeada pelo Diabo em

pessoa. As crónicas árabes dizem que o poderoso sacerdote do rei fenício que o acompanhou no desterro, ou seja, *Baal-Zin*, "o deus do Fogo ou da Luz", derrotou os poderes demoníacos e prendeu o demónio *Pauá Açu* ("grande cabeça de macaco", no sentido de fera ou ser de enorme ferocidade) no interior deste maciço rochoso que desde então passou a chamar-se *Mano Satanas*, "Mão de Satanás", como é designado na cartografia árabe e na cristã inspirada naquela, adiantando que o Diabo encarcerado nesse rochedo tinha o costume de enganar os marinheiros e fazer soçobrar os navios à entrada da baía de Guanabara. Lenda?



Talvez, mas sendo facto provado terem sido descobertas na base deste rochedo umas inscrições fenícias traduzidas por Ladislau de Souza Melo e Neto (1838-1894), director geral do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1875-1893), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e catedrático em Ciência Naturais: "Somos filhos da terra de Canaã. Sobre nós pesa a desventura e a maldição. Em vão invocamos os nossos deuses; eles nos abandonaram e assim morremos desesperados. Hoje é o décimo aniversário do infausto dia em que chegámos a estas margens. O calor é atroz, a água é podre, o ar cheio de insectos repugnantes. Os nossos corpos estão cobertos de chagas. Ó deuses, ajudai-nos! Tiro, Sidon e Baal".

Realmente o *Pão de Açúcar* contém uma enorme caverna na sua base, uma falha na rocha granítica criada há mais de um bilhão de anos no costão virado para o alto-mar,

fora da barra, precisamente no ângulo menos visível e acessível do penedo. No início da década de 30 do século XX foi viver nela um ermitão português chamado Eduardo de Almeida, que vivia do que pescava e caçava, ignorando completamente as pessoas e a cidade. Nos anos 60, aceitou repartir a ampla caverna com um casal – Francisco de Brito e Isídia Maria da Conceição – que plantava banana e mamão na encosta do Morro da Urca, para vendê-los aos banhistas na Praia Vermelha. Em 1968 foram todos despejados pelos militares da Fortaleza de S. João, e desde então é proibido o acesso ao local. O eremita Eduardo tinha 58 anos.

Em traços gerais, aqui fica a história insólita do penedo *Pão de Açúcar* que até hoje aguça a imaginação colectiva indiscriminando a verdade da fantasia mas maravilhando mais ainda a História não-contada da "cidade maravilhosa" do Rio de Janeiro.

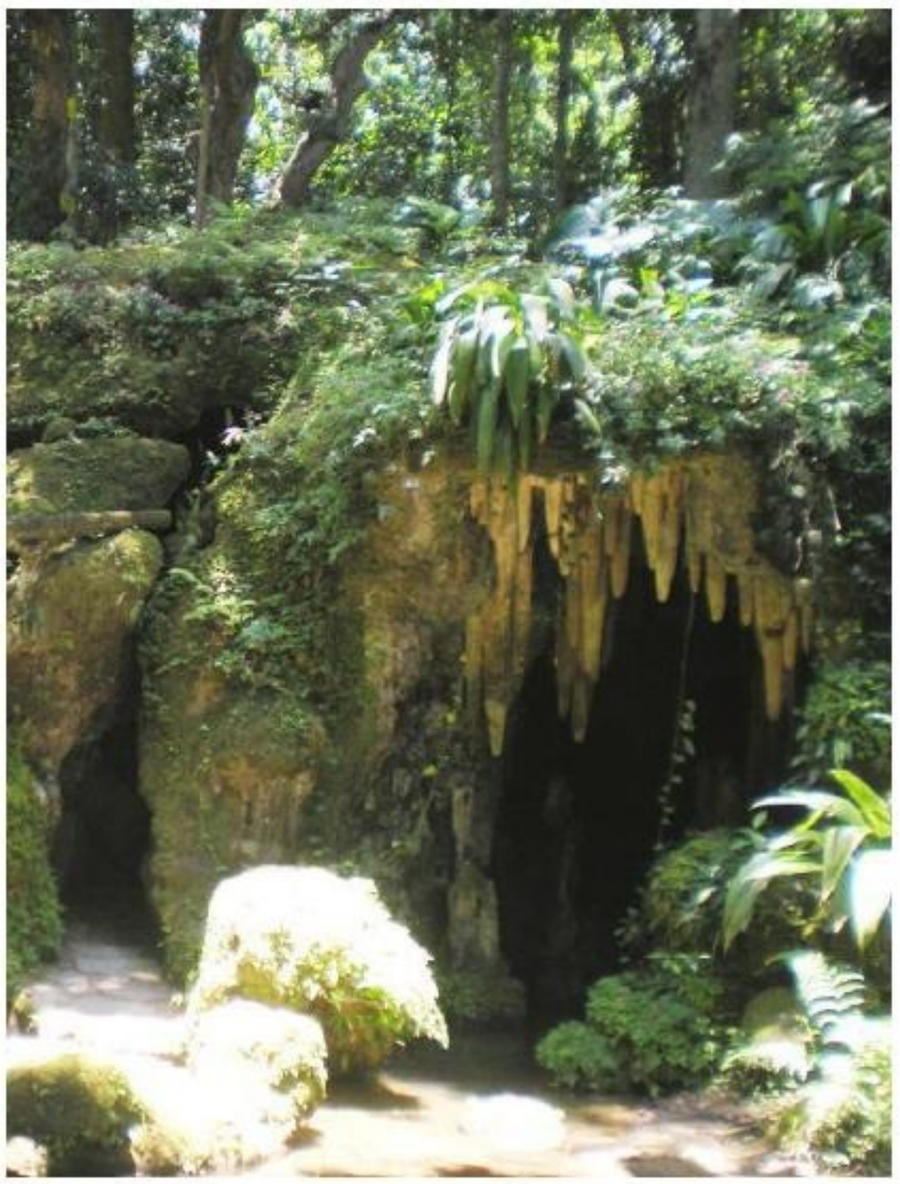
O PARQUE LAGE E A "TERRA OCA"

O *Parque Henrique Lage* ou simplesmente *Parque Lage*, localizado aos pés do Morro do Corcovado na Rua do Jardim Botânico, é digno de visita demorada onde as crianças e os adultos podem perder-se encantados por finalmente terem achado a sua "Terra do Nunca" ou o "País das Maravilhas".

Os trilhos abrindo-se na floresta exuberante parecendo encantada por invisíveis fadas e gnomos, desembocam subitamente numa torre parecedendo medieval donde se espera que cavaleiros encantados saiam dela, ou então, após transpor pontes mágicas cobertas de arvoredo, chegando-se junto de um lago cheio de lindos peixinhos. Mais além, subitamente, após passar junto a belas cascatas, os olhos assombram-se diante da entrada de grutas misteriosas cujas estalactites dão-lhes o aspecto de dentes das bocas abertas para as profundezas da Terra a cujo centro o viajante poderá ir como foi Júlio Verne no seu célebre romance.

O mito da "Terra Oca" faz-se sentir com maior intensidade neste parque para delícia das crianças e adultos, contando-se que muitos desde aqui já viajaram subterraneamente até ao centro da Terra, estórias que os cariocas contam sem se importarem em saber quem o fez e como o fez, porque o que realmente importa é maravilhar a mitologia urbana do Rio de Janeiro e assim atrair os visitantes a este parque maravilhoso contudo um tanto esquecido da maioria dos habitantes que preferem as praias. Mas quem o visita uma vez não deixa de voltar a visitá-lo: os seus jardins e a floresta são parte do Parque Nacional da Tijuca integrado na Mata Atlântica, e por isso se vêem macacos saltando de ramo em ramo soltando gritos estridentes, aves exóticas misturando as suas cores com as da

Natureza e tudo evocando a ideia de aqui ser o Paraíso edénico que o Criador plantou na Terra.



Se para muitos o Parque Lage retrata as paisagens paradísiacas sobre a Terra do Mundo Subterrâneo em que pressupostamente assenta o Rio de Janeiro, tanto bastou para Glauber Rocha, realizador de cinema, em 1967 aqui situar o fictício País de Eldorado na rodagem do seu filme "Terra em Transe". Eldorado ou País das Maravilhas é de facto este espaço encantado, de tal maneira que tudo parece ser possível acontecer nele, até mesmo descer ao ventre da Terra por alguma gruta encantada de Ali-Babá subitamente deparando-se aos olhos extasiados do visitante.

A história deste *Parque Lage* recua a 1811, quando Rodrigo de Freitas Mello e Castro adquiriu a fazenda pertencente a Fagundes Varela, o *Engenho de Açúcar Del Rei*, nas margens da lagoa. John Tyndale, paisagista inglês, em 1840 recebeu a incumbência de reprojectar a fazenda e imprimir à estrutura do seu projecto todo o romantismo encontrado nos parques naturais da Inglaterra. Em 1859 o parque passou para a posse de António Martins Lage, recebendo então o nome *Parque dos Lage*, tendo em 1900 sido herdado pelos seus três filhos. Mas em 1913 é comprado pelo dr. César de Sá Rebello permanecendo como sua propriedade até 1920, quando Henrique Lage, neto de António Martins Lage, consegue reaver a antiga propriedade da família. Deu então início à remodelação do parque e palácio que fora de seu pai, convidando para isso o projectista

italiano Mário Vodrei cujo estilo era bastante diferente, mesclando diferentes tendências da época enquadrando os seus trabalhos no período artístico chamado *eclético*, que agradaram muito à cantora lírica italiana Gabriela Bezanzoni, esposa de Henrique Lage.

Até ao final da década de 1960, quando Henrique Lage teve que se desfazer da propriedade devido a dívidas, o seu palacete abrigou encontros da alta sociedade carioca. Graças à intervenção do governador Carlos Lacerda, os 52 hectares do Parque Lage foram recuperados em 2002 e ele foi tombado património histórico e paisagístico da cidade do Rio de Janeiro.

OS SEGREDOS DE N.ª SR.ª DA GLÓRIA DO OUTEIRO

Celebrada a 15 de Agosto neste seu templo no Outeiro da Glória, Nossa Senhora tem aqui a celebração mais faustosa do Rio de Janeiro e mais misteriosa praticamente de todo o Brasil. Neste antigo Morro do Leripe ou *Uruçumirim* o fundador da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, encontrou a morte em 20.1.1567 ao expulsar os franceses daqui e do Brasil acabando de vez com o projecto francófono "França Anctártida", e o fez ao lado do seu grande amigo António Mariz Coutinho, sesmeiro na Praia Grande, actual Niterói. Seria António Mariz a promover e a instalar o culto à Virgem Maria neste morro, mandando que uma companhia portuguesa previamente escolhida de frades capuchinhos (franciscanos, portanto) a celebrassem doravante conforme a regra da sua Ordem. Assim o fizeram, mas encobrindo sob os símbolos confessionais a mensagem heterodoxa da Tradição Oculta sob a legenda latina *Maris Nostra (*"Nossa Mãe"), donde derivou *Magistra Nostra* ("Nossa Mestra") e que se retrata no simbolismo hermético da *viagem marítima* (simbólica da acção criadora do Espírito Santo) que, aliás, está representada nesta igreja nos dois santos nos altares colaterais que também foram marinheiros: Gonçalo (esq.) e Amaro (dir.).

A devoção a Nossa Senhora da Glória começou em 1608, quando um certo Ayres (possivelmente ermitão capuchinho) depôs uma pequena imagem da Virgem na gruta natural que existe no morro, e a sua fama aumentou consideravelmente em 1671 quando um outro ermitão, natural de Aveiro, António Caminha, esculpiu a imagem da Virgem em madeira e ergueu uma pequena ermida junto dessa gruta do Leripe. Ele esculpiria uma outra imagem que mandaria para D. João V de Portugal e está hoje na igreja de S. Sebastião de Lagos, no Algarve. As terras compreendendo o Outeiro chamavam-se *Chácara do Oriente* e pertenciam a Cláudio Gurgel do Amaral, que os doou a Nossa

Senhora em escritura pública de 20.6.1699 com a condição de ser edificada uma capela permanente e nela ser sepultado com os seus familiares e descendentes.

A partir da ermida no Outeiro da Glória foi construída a actual igreja entre 1714 e 1739, sendo o seu projecto atribuído ao tenente-coronel português José Cardoso Ramalho. Este projectista andaria de proximidades aos conhecimentos herméticos da época como se denota na estranha planta do templo composta por dois octógonos (um ocupando a nave curva da igreja e outro a sacristia) que lhe dão forma de um 8. Para os antigos cabalistas cristãos o oito era simbólico da Divindade intermediária entre o Mundo Divino e o Mundo Humano a qual unia a ambos como *Glória do Céu* (algo equivalente à *Shekinah* da Cabala judaica, ou seja, a "Manifestação Real de Deus"), e as suas formas elípticas sugeriam a mensagem hermética de "o que está em cima (no Céu) é como o que está e baixo (na Terra)". Ora Nossa Senhora, representação do arquétipo da Grande Mãe Celeste, sempre foi considerada a mediadora entre o Céu e a Terra, a intercessora da Humanidade junto ao Filho e ao Pai, exercendo assim a função salvífica de Espírito Santo, aliás, retratado no altar-mor desta igreja – e até no aparelho de azulejaria setecentista retratando cenas bíblicas do *Cântico dos Cânticos* – cuja pedra utilizada na sua construção proveio da Pedreira da Glória, no Morro da Nova Sintra, no Bairro do Catete. Esse formato geral da igreja, de dois octógonos com torre na entrada, não tem antecedentes no Brasil e os seus antecedentes em Portugal envolvem-se nos mistérios na arquitectura sagrada atribuída aos monges-construtores medievais, beneditinos e franciscanos, que andaram próximos da Ordem dos Templários cujos conhecimentos secretos mantêm-se assim até hoje.

No altar-mor da Nossa Senhora da Glória vê-se no topo o Divino Espírito Santo em resplendor e mais abaixo a representação do Santo Vaso identificado nas crónicas medievais como *Santo Graal*, o repositório do Santo Sangue que antes servira na Última Ceia a Jesus Cristo. Defronte à mesa dos sacrifícios, o altar, vêem-se duas colunas representando aquelas na entrada do antigo Templo de Salomão chamadas*Bohaz* ("Rigor") e *Jakim* ("Conhecimento"), termos fazendo lembrar aqueles

sânscritos *Bhakti* ("Devoção, Amor") e *Jnana* ("Conhecimento, Sabedoria"), afinal, os predicados do carácter e da cultura superiores do igualmente superior Homem Espiritual ou Adepto Perfeito, igualmente identificado pela sigla B. J. que os ocultistas orientais identificam como *Bhante-Jaul*, isto é, "Irmão de Pureza", tal qual eram os primitivos capuchinhos mandados vir para este outeiro por António de Mariz.

A família real portuguesa tinha especial predilecção por esta igreja, e desde 1819, quando a princesa Maria da Glória foi aqui consagrada pela mão de seu avô, o rei D. João VI, que todos os membros da Casa de Bragança nascidos no Brasil eram consagrados neste templo. O decreto-lei de 25.4.1937, governando Getúlio Vargas, declarou "monumento nacional" a igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, e em 1.1.1950 o Papa Pio XII conferiu-lhe o título de *Basílica Nacional da Assunção*.

SÍMBOLOS DA "TRANSLATIO IMPERII" NO PALÁCIO DO CATETE

Conhecido como sede do Governo Federal Brasileiro de 24.2.1897 até 1960, quando a capital e o Distrito Federal foram transferido do Rio de Janeiro para Brasília, o *Palácio do Catete* é um exemplar da arquitectura neoclássica do Brasil que se distingue pelas suas cinco águias de asas abertas no topo do edifício, motivo de interrogação sobre o seu significado real e porque foram postadas aí.

Aliás, esta antiga sede do Governo brasileiro era conhecida como "Palácio das Águias", denominação hoje raramente utilizada mas que encerra o sentido da*translatio imperii* ("trasladação dos impérios") afim à ideia da "Nova Lusitânia" que Pedro de Mariz, no século XVII, deu ao Brasil, aliás, em conformidade com a teoria do Quinto Império do padre António Vieira que afirmava ter o seu lugar de nascimento em Portugal e pleno florescimento no Brasil. Como o Rio de Janeiro era a capital do país para onde convergiam e donde divergiam todas as suas sinergias e idiossincrasias, estabeleceu-se que este Palácio do Catete ficaria representando essa ideia iluminada nas suas águias, primeiro em feitas em ferro (1866), depois retiradas e substituídas por Musas representando as quatro estações ou idades do ano mais uma quinta como síntese de todas (entre 1897 e 1910), a deusa Hera ou Juno, que é quem assiste ao consórcio nupcial dos deuses nos respectivos ciclos. A partir de 1910, as estátuas foram substituídas por novas águias feitas em bronze, obra do escultor Rodolfo Bernardelli, enquanto as antigas esculturas de ferro foram fundidas para fabricar os bancos do jardim defronte ao edifício.

Realmente tais águias são *harpias*, aves que a mitologia grega retrata com rosto e seios de mulher as quais dificultaram a viagem marítima dos argonautas para a a *Ilha do*

Paraíso (neste caso, o Brasil), que só conseguiram chegar ao fim da jornada quando decidiram persegui-las e chegarem a terra segura, acabaram por matá-las, mas ficando representadas para sempre neste edifício distinto. Tem-se, pois, presente o sentido de viagem ou passagem de um estado para outro e as dificuldades próprias de qualquer ciclo por que se processa a evolução geral. Este tema *translatio imperii* repete-se no trabalho em ferro forjado no portão no palácio, onde além das águias imperais (aliás, hidras) vêem-se duas mulheres, uma velada (o Passado, representado pelo busto de um ancião em baixo) e outra desvelada (o Futuro, representado pelo busto de um jovem em baixo), estando permeio delfins e cornucópias entre lanças cruzadas expressivos da viagem marítima à Terra da Abundância como Ilha do Paraíso com sacrifícios e dores em guisa de provas iniciáticas impostas aos argonautas do mito.

Os cinco Impérios do tema do padre António Vieira assinalados nas ditas aves, são os seguintes: 1.º) I Império Assírio, expressivo da Idade de Ouro que os os antigos representavam como a Primavera; 2.º) II Império Persa, representativo da Idade de Prata representada como oVerão; 3.º) III Império Grego, assinalando a Idade de Bronze e o Outono; 4.º) IV Império Romano, designando a Idade de Ferro e o Inverno; 5.º) V Império Português como o regresso à Idade de Ouro e à Primavera sinónima de Paraíso

Terreal onde os deuses e os homens voltarão a conviver no mais fraternal amplexo, e tal Paraíso é aqui o Brasil assinalado pela sua Pedra d´Armas imposta sob a águia central.

É interesse observar-se também que este edifício governamental (hoje abrigando o Museu da República) foi erguido como residência de um luso-brasileiro talvez ciente do sentido universal de V Império afim ao Português como Língua que une à Lusonia e à própria Portugalidade raiz da Brasilidade, ou seja, o cafeicultor António Clemente Pinto, barão de Nova Friburgo, tendo encomendado em 1858 o seu projecto ao arquitecto alemão Carl Friedrich Gustav Waehneldt, vindo a demolir-se a antiga casa n.º 150 da Rua do Catete para construir esta cujas obras terminaram oficialmente em 1866, mas cujos acabamentos prosseguiram por mais de uma década. Era então denominado Palacete do Largo do Valderato e Palácio de Nova Friburgo.

PALÁCIO PEDRO ERNESTO: ONDE OS DEUSES INSPIRAM OS POLÍTICOS

O acervo artístico do *Palácio Pedro Ernesto* distingue-se pela exaltação dos feitos históricos da cidade do Rio de Janeiro e pelos que tiveram papel maior no desempenho político do país, mas com um acréscimo sumamente anormal: nos painéis, vitrais e esculturas os mesmos políticos são inspirados pelos deuses do Olimpo em guisa de criarem uma sociedade humana justa e perfeita com ordem e progresso. Nisto a política transforma-se numa inspiração divina, certamente tomando por base a ideia do *Império do Brasil* (1822-1899) que no sonho político, utopia desejada, seria o princípio do maior *Império do Mundo*, onde o temporal se manifestará junto com o espiritual, motivo conformado às ideias sebásticas do V Império do padre António Vieira (1608-1697), e até mesmo dos padres José de Anchieta (1534-1597) e de Manuel da Nóbrega (1517-1570), este que nasceu em Portugal e faleceu nesta cidade carioca.

No saguão principal, logo na entrada do *Palácio Pedro Ernesto*, têm-se postadas em dois nichos laterais, à esquerda e à direita abençoando o local, as estátuas de mármore de *S. Sebastião* e de *S. Jorge*, da autoria de Tito Enrico Bernucci. *S. Sebastião* além de ser o patrono de *S. Sebastião do Rio de Janeiro* é igualmente o paradigma martirial das armas cristãs assinaladas pelo casta guerreira ou militar, chamada *kshatriya* no Oriente, motivo reforçado pela presença de S. Jorge padroeiro da Cavalaria do Exército Brasileiro. Nisto, S. Jorge faz na Terra as vezes de S. Miguel no Céu, ou seja, a Cavalaria de que é Orago vem a representar a Milícia celeste chefiada por esse Arcanjo, aqui desbaratando as forças do mal que acaso atentem contra a independência e o progresso humano e espiritual do Brasil. Estas duas estátuas são o primeiro sinal da presença sobrehumana

influindo neste espaço político desde a primeira hora, quando este palácio foi inaugurado em 1923 substituindo o antigo Senado.

Na *Sala da Maioria* pode observar-se o tecto o painel pintado por Lucílio de Albuquerque, *Alegoria à República*. Esta é representada por uma mulher vogando no espaço vestida com túnica grega, barrete frígio na cabeça e a bandeira brasileira carregada na mão direita. Por cima dela flutuam querubins e serafins e mais abaixo vê-se o protomártir da liberdade José da Silva Xavier, o Tiradentes. A *República* tem atrás dela a deusa Minerva que lhe inspira a sabedoria necessária para bem governar. Encara um cavaleiro desnudo erguendo um facho luminoso enquanto o seu corcel branco empina as pata dianteiras. Este cavaleiro é difuso na interpretação, pois tanto pode ser Perseu como Prometeu, para todo o efeito, representando a luz do progresso que a *República* deve fomentar na Terra a partir deste palácio como o principal centro político da cidade e do país enquanto foi capital do mesmo.

Na *Sala da Minoria* também se observa no tecto um painel pintado pelo mesmo Lucílio de Albuquerque, *Alegoria ao Comércio*. Sentada no trono de glória sobre as nuvens celestes cercadas por anjos e homens, a deusa Minerva ou da Sabedoria faz a permuta ou comércio com a República que tem na sua frente e segura uma grinalda de flores. Minerva lê a Constituição à República e esta deve fazer da política um acto de amor e serviço aos mais desprotegidos, motivo pelo qual apresenta-se na pintura um homem humilde, pobremente vestido. A presença da Carta Constitucional no Céu também representa que esta foi lavrada pelos deuses e inspirada aos bons homens que fizeram e fazem da política republicana uma missão de bem servir o povo, nutrindo as suas necessidades, semeando a felicidade social.

No *Salão Nobre* está pintado um enorme painel retratando a princesa Isabel Cristina, filha do imperador D. Pedro II, que foi quem promulgou a abolição da escravatura em 1885. Na pintura observa-se a princesa sentada no seu trono como se fosse um novo Salomão. Defronte a ela uma mulher desnuda, representando a Verdade, apresenta-lhe a classe social mais favorecida, e na banda oposta os mais desfavorecidos, vendo-se uma mãe apresentando-lhe o filho esquelético de fome e um soldado carregando nos braços um ferido. Inspirada pelas três Musas da Compaixão, Justiça e Rectidão que de asas abertas a coroa com o laurel do triunfo, a princesa fixou os princípios da igualdade de direitos para ricos e pobres na sociedade brasileira, o que foi considerado um favorecimento dos Céus.

O olhar também se detém longamente na pintura em óleo sobre tela (*marouflage*) de Rodolpho Amoêdo, 1923, *A fundação da cidade do Rio de Janeiro*. Nesta vê-se o misterioso António de Mariz, com a arraial engalanado, convidando o governador Estácio de Sá a entrar na cidade em 1 de Março de 1565, data da sua fundação. Além de cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar da Ordem Franciscana dos Capuchos, algumas fontes espirituais apontam-no como igualmente membro de uma Ordem Iniciática Secreta que levava o nome da sua família, *Mariz*, a qual teria tido como ponto de encontro e difusão *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*, não muito longe da Praça XV.

O *Palácio Pedro Ernesto Baptista* (prefeito da cidade em 1931-1934, e 1935-1936) foi construído entre 1919 e 1923 sob projecto do arquitecto Heitor de Mello e desenvolvido, após a sua morte, por Archimedes Memória e Francisco Couchet. O seu estilo arquitectónico é definido como ecletismo, por misturar elementos das concepções neoclássicas Luís XIV e Luís XV. O seu erigimento inscreve-se no contexto da instalação e desenvolvimento histórico da Primeira República.

MENSAGEM OCULTA DO MONUMENTO A D. PEDRO I

Contam-se pelos dedos de uma mão os que apercebem o significado escondido da estátua equestre de D. Pedro I projectada pelo artista brasileiro João Maximiano Mafra, inaugurada em 30 de Março de 1862 na Praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Sob os símbolos pátrios oculta-se a mensagem francamente transcendente da Brasilidade filha independente da Portugalidade, ainda assim avindas entre si. Sobre o pedestal o monumento ergue-se o vulto a cavalo do imperador D. Pedro I (Queluz, Portugal, 12.10.1798 – Queluz, Portugal, 24.9.1834) trajado com uniforme de general, com o braço direito alçado no gesto de quem apresenta ao Mundo o Auto da Independência do Brasil. Sobre o corcel branco no país maior que um continente, império temporal na época mas desejado que expandisse espiritualmente a todo o Globo e assim se tornasse a capital espiritual deste, dado cumprimento à utopia do padre António Vieira relativa ao Quinto Império do Mundo sob o domínio da língua portuguesa, o significado patriótico imediato de D. Pedro I é transposto para esse outro do Rei do Mundo assinalado no mítico S. Jorge, padroeiro da Cavalaria brasileira, copiado daquele outro oriental *Akdorge*, e esta transposição simbólica dever-se-á à Ordem Iniciática Secreta a que pertenceu este imperador português de nascimento e brasileiro de afeição.

Essa Ordem Iniciática Secreta era a *Maçonaria*. O primeiro eco maçónico no Brasil recua ao ano 1800 quando os maçons portugueses do Rito Adonhiramita instalaram em Niterói a sua Loja *União*, e aos poucos foram aparecendo mais Lojas um pouco por todo o território brasileiro, sobretudo no Rio de Janeiro. Nesta cidade fundou-se em 1815 a Loja Adonhiramita *Comércio e Artes* e foi nela que, em 2 de Agosto de 1822, D. Pedro I foi iniciado na Maçonaria pela mão do Grão-Mestre adjunto Joaquim Gonçalves Ledo, tendo recebido o nome simbólico *Guatimozin* (que era o do último imperador asteca). Foi seu paraninfo José Bonifácio de Andrada e Silva, o ministro plenipotenciário do imperador e administrador do Grande Oriente do Brasil entre 1831 e 1837. Passados três dias da sua iniciação, D. Pedro I foi elevado a Mestre Maçom (2.8.1822) e em 25 de Outubro desse ano assinava com o seu próprio punho a sua correspondência maçónica: "Queira o Supremo Arquitecto do Universo dar-vos imensas fortunas como vos deseja o vosso Irmão Pedro Guatimozin, Grão-Mestre Rosa+Cruz".

Na iconologia tradicional S. Jorge esmaga o dragão, mas também aqui ele aparece: logo abaixo do cavalo escoceando, está a coroa imperial ladeada por dois dragões, tudo em dourado. Sendo os dragões heráldicos da Casa de Bragança a que pertencia o regente, esse sentido imediato é transposto para o iconológico de S. Jorge fazendo as vezes de Monarca Universal a partir do Império ideal do Brasil.

Por isso vestem as quatro faces da base octogonal do monumento quatro alegorias indígenas, simbolizando os quatro principais rios brasileiros em guisa dos quatro rios do Paraíso Terreal: Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco. Este, imediatamente abaixo da frente do cavalo por cima, é representado por um índio sentado junto a um tamanduá-bandeira e uma capivara, da tribo que vivia nas lavras de Minas Gerais junto a esse rio chamando-o *Opara*, "rio-mar", em tupi, considerado "rio da unidade nacional" por representar a força de todas as correntes étnicas do Brasil, com o autóctone de maior influência e presença psicossocial à dianteira, o *tupi*. Outro índio,*paritintin* ou *kawahib*, o do Rio Madeira, está armado de arco em atitude de disparar uma flecha, vendo-se a seu lado uma tartaruga, uma ave e alguns peixes. Os rios Amazonas e Paraná são representados, cada um, por duas figuras do sexo masculino e feminino. O índio que representa o Amazonas, será da tribo *arapuruã* assim como a sua companheira carregando sobre as costas uma criança adormecida, possível alusão aos *chavantes* que vivem no Estado vizinho de Mato Grosso que misturavam-se com os *arapuruãs* dispersos por todos os Estados vizinhos desse. O índio retratado descansa o pé sobre um jacaré, tendo ao seu lado uma sucuri, uma onça, um ouriço e uma ave. Representa a abundância ecológica necessária à igual zoológica. O grupo que simboliza o Rio Paraná poderá ser *guarani*, vendo-se o homem e a mulher com uma anta aos pés e ladeados por um tatu e uma siriema.

Representando os principais rios do Brasil por índios que são os brasileiros originais, os autores deste monumento singular revelaram enorme respeito e reconhecimento da nação original revelada semente virgem de um Humanidade futura progredida na ordem da sabedoria que torna os povos felizes e concordes entre si, ainda na esteira do mito do Quinto Império.

Ornam o friso do pedestal escudos torreados, significando as vinte províncias imperiais do Brasil que se tornariam estados, e sobre cada um há uma estrela dourada de cinco pontas marcando a influência celeste das cinco estrelas do Cruzeiro do Sul sobre este quinto continente, propriamente o Brasil, mas também particularmente assistindo à mensagem oculta deste singular monumento a D. Pedro I.

ORIGEM E SIGNIFICADO DA BANDEIRA DO BRASIL

Não há país sem bandeira nem bandeira sem país. Isto porque as sinergias manifestadas deste estampam-se naquela como que expressando o arquétipo primordial. A esta regra primeiríssima obviamente não escapa o pavilhão brasileiro como expressão do espírito nacional cujas glórias passadas, e quiçá futuras, refulgem nas cores e símbolos do seu pano sagrado.

Desde que o Brasil é país independente teve duas bandeiras a assinalá-lo: a antiga bandeira do Brasil Império e a actual bandeira do Brasil República. Em 1822, com a independência, criou-se a bandeira imperial brasileira. A sua constituição constava de pano verde com um losango amarelo no centro, e dentro deste um escudo verde carregando um círculo de 19 estrelas (assinalando os Estados) cercando a esfera armilar imposta sobre a Cruz da Ordem de Cristo. Por cima do escudo, a coroa do Império do Brasil. Por baixo, entrelaçados e subindo pelos lados, dois ramos (café e tabaco). A escolha das cores verde e amarela foi do próprio imperador D. Pedro I, cuja encomenda da feitura do pavilhão e respectivo brasão foi feita ao notável artista francês Jean Baptiste Debret (1768-1848), membro da Maçonaria Francesa que entretanto se ligara à Brasileira que através do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, maçom reconhecido, muito terá influído na escolha do imperador dessa cores que, aliás, eram as da Sociedade Secreta, fundada pelo mesmo José Bonifácio, *Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz*, denominada *Apostolado*, a que também pertencia o soberano com o título de *Arconte Rei*, o Chefe do *Apostolado*. Este opunha-se tanto à monarquia absolutista como à república laica, pretendia um estado ideal onde o imperador fosse também um sábio (cor amarela) num reino de paz e criatividade mental (cor verde). O *Apostolado* encerrou em 23 de Junho de 1823.

Depois, em 19 de Novembro de 1889, por decreto e proposta de Benjamin Constant o Governo Provisório da República aprovou a actual bandeira nacional do Brasil com a inscrição "Ordem e Progresso", retirada da máxima de Augusto Comte (filósofo positivista): "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim". Pavilhão auriverde que ondeia alvinitente sobre a terra imensa do Brasil, foi desenhado pelo pintor Décio Vilares e é formado por um rectângulo verde que representa as florestas brasileiras (mas também o Mental humano que aqui é vocacionado à manutenção e defesa ecológica do território) tendo inscrito no centro um losango amarelo, lembrando as riquezas minerais (e também o Espírito da sabedoria que deve assistir à distribuição justa da mesma riqueza nacional). No centro, sobre a esfera azul expressiva do céu do Rio de Janeiro na sua disposição astronómica vista às 8.30 horas no dia da proclamação da

República, originalmente figuravam 21 estrelas mas que hoje são 27 representado os Estados nacionais e o Distrito Federal. Estão assim identificadas:

1. Pará – Spica; 2. Amazonas – Procyon; 3. Mato Grosso do Sul – Alphard; 4. Rondônia – Wezen; 5. Mato Grosso – Sírio; 6. Roraima – Muliphem; 7. Amapá – Mirzam; 8. Tocantis – Adhara; 9. Goiás – Canopus; 10. Bahia – Gacrux; 11. Minas Gerais – Pálida; 12. Espírito Santo – Intrometida; 13. São Paulo – Acrux; 14. Acre – Dhanab al Shuja; 15. Piauí – Antares; 16. Maranhão – Graffias; 17. Ceará – Wei; 18. Rio Grande do Norte – Shaula; 19. Paraíba – Girtab; 20. Pernambuco – Denebakrab; 21. Alagoas – Sargas; 22. Sergipe – Apollyon; 23. Santa Catarina – O Trianguli Australis; 24. Rio Grande do Sul – Atria; 25. Paraná – Y Trianguli Australis; 26. Rio de Janeiro – Mimosa; 27. Brasília – Polaris Australis.

Vários autores críticos da actual bandeira nacional afirmam que a disposição das estrelas está invertida nela em relação ao que se vê na abóbada celeste. Parece não terem apercebido o elementar: a bandeira é um *espelho* que reflecte a *projecção astral* nela. Daí a inversão de posições, e daí a *correlação astral* da mesma. Não deve ignorar-se, também, que tanto o imperador D. Pedro II, como Luís Cruls, Manuel Pereira Reis e até o próprio Décio Vilares eram adeptos da *Astrologia*, e assim dispuseram as estrelas na bandeira com o apoio constituicional da Ordem Maçónica Brasileira, onde o *Clube Republicano* do Mestre-Maçom Lopes Trovão teve papel destacado.

Tem-se, pois, na Bandeira da República Federativa do Brasil espelhado não só o arquétipo das sinergias próprias do país mas também deixando o subentendido do vir a ser arquétipo de um Mundo mais justo e perfeito na ordem e progresso da Humanidade. É a Utopia de hoje lançada ao terreno do Amanhã.

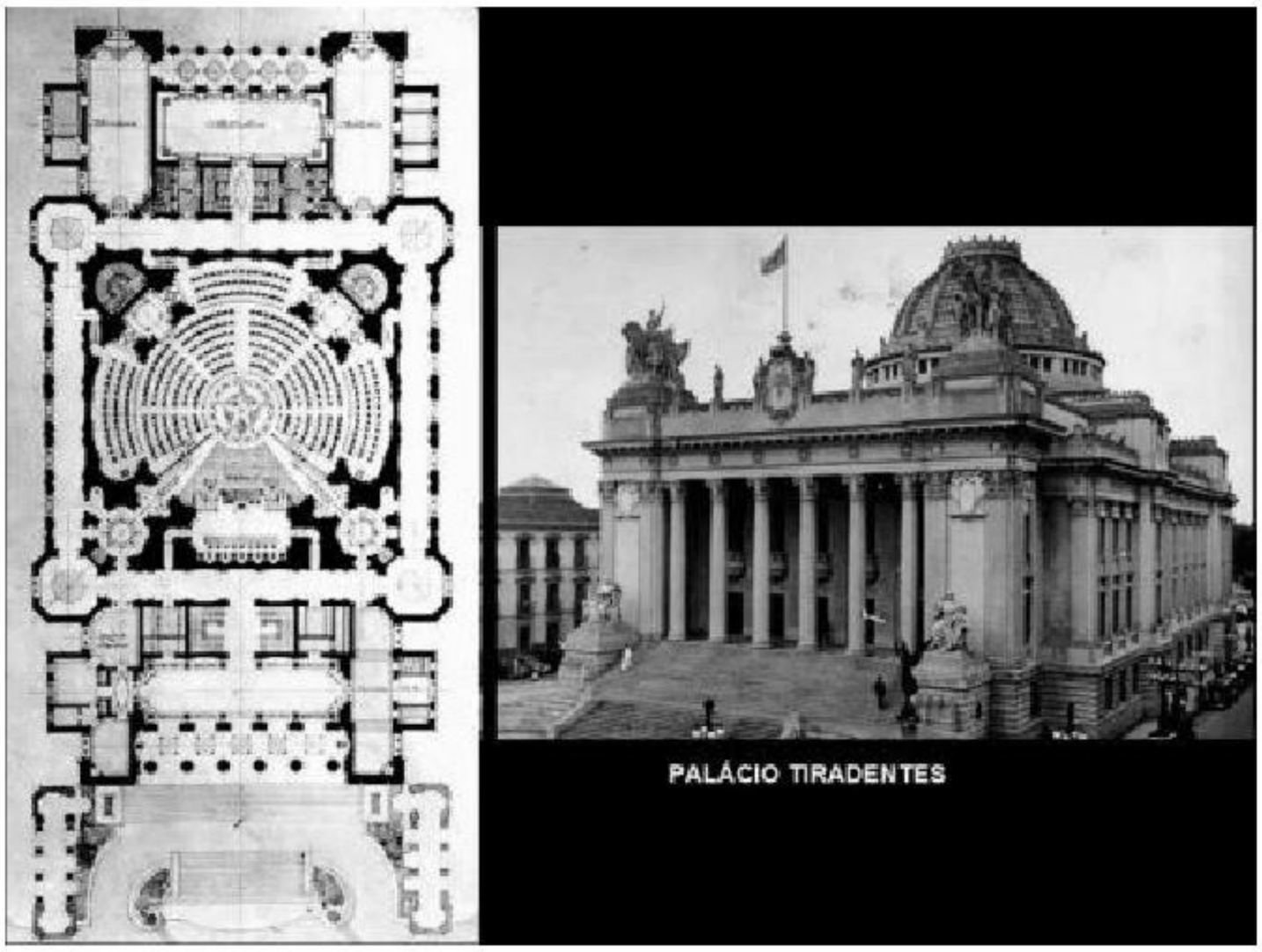
SÍMBOLOS MAÇÓNICO-REPUBLICANOS NO PALÁCIO TIRADENTES

A história do *Palácio Tiradentes* recua a 1640, quando foi construído o edifício do Parlamento Imperial. No seu subsolo havia uma cadeia onde chegou a estar preso três anos Joaquim José da Silva, o Tiradentes, enquanto aguardava a sua execução por liderar a famosa Inconfidência Mineira. Esse Parlamento foi demolido em 1922 e quatro anos depois inaugurado o actual edifício projectado por Archimedes Memória e Francisco Cuchet. Actualmente abriga a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A fachada ricamente decorada do Palácio Tiradentes induz imediatamente a presença secreta da Maçonaria Brasileira na sua feitura, posto que os símbolos expostos na sua profusa estatuária, alusivos aos principais elementos do progresso psicossocial do país, são exactamente os mesmos adoptados por essa Ordem Iniciática, além de que todos os personagens retratados tiveram ligações à Maçonaria, como igualmente quase todos os escultores desta extraordinária fachada concebida no ecletismo da*architecture parlante*, ou arquitectura falante.

Rodeando a cúpula monumental vêem-se 16 águias de asas abertas alegóricas do Império do Brasil, posto a águia ser considerada entre os antigos a ave mais nobre e assim adoptada para representar os imperadores romanos, enquanto o número 16 assinala no Tarot a *Torre* magnificamente representada pela zimbório que interiormente espelha o céu do Brasil irradiando para o Mundo. Entre elas elevam-se quatro esculturas alegóricas das principais actividades sócio-económicas brasileiras, identificadas pelos seus atributos: a *Agricultura*, com a foice o feixe de trigo, representando a vida campestre que nutre a urbana; o *Comércio*, com o caduceu e o capacete de Mercúrio, assinalando os câmbios psicossociais urbanos indispensáveis ao progresso económico; a *Viação*, com a roda alada e a âncora, marcando as ligações viárias entre as cidades e os campos e assim ligando a todo o povo, esteja onde estiver; a *Indústria*, com a roda dentada e a bigorna, designando a actividade fabril nas urbes para o seu enriquecimento. Essas quatro actividades são as principais de qualquer sociedade humana modernizada, pelo que o pensamento progressista da Maçonaria sempre lhes deu especial atenção. Nos extremos do mesmo complexo, vêem-se as composições monumentais das alegorias históricas da *Independência* e da*República*. Na da *Independência* tem-se o imperador e maçom D. Pedro I, coroado de louro e erguendo o ceptro imperial saudando a nação. Rodeiam-na as esculturas do patrono da Independência, José Bonifácio de Andrada (outro maçom), da Liberdade, das Forças Cívica e Militar, da Resistência e do Patriotismo, factores também caros à Maçonaria por nos países onde está instalada preservar e defender a independência nacional. Na da *República* vê-se trajado com indumentária grega, montado a cavalo, laureado e levantando a espada outro maçom reconhecido, o marechal

Deodoro da Fonseca. Ao seu lado está Benjamin Constant e a República erguendo a tocha da liberdade, tendo ao lado o clássico *fasces* ou feixe de varas herdado da antiguidade romana que associavam ao poder e à autoridade.



Mais abaixo e dos lados, vê-se uma grande cartela com a palavra latina *Jus* (Justiça), ladeada pelas figuras da *Justiça*, com espada e balança, e da *Verdade*, desnuda e com espelho, ambas expressivas da rectidão e sinceridade republicanas. Na banda oposta tem-se outra cartela com a inscrição *Pax* (Paz) ladeada pelas alegorias da *Vitória* e do*Trabalho*, de mãos dadas, a primeira portando uma palma e a segunda uma marreta. Duas cornucópias expelem frutos aludindo à prosperidade e à riqueza que advém da Paz. Seis colunas compósitas suportam e abrem para o interior do edifício, vendo-se nos capitéis as *Vitórias* aladas carregando *fasces*, representando o país livre mas todavia regido pela lei e a autoridade.

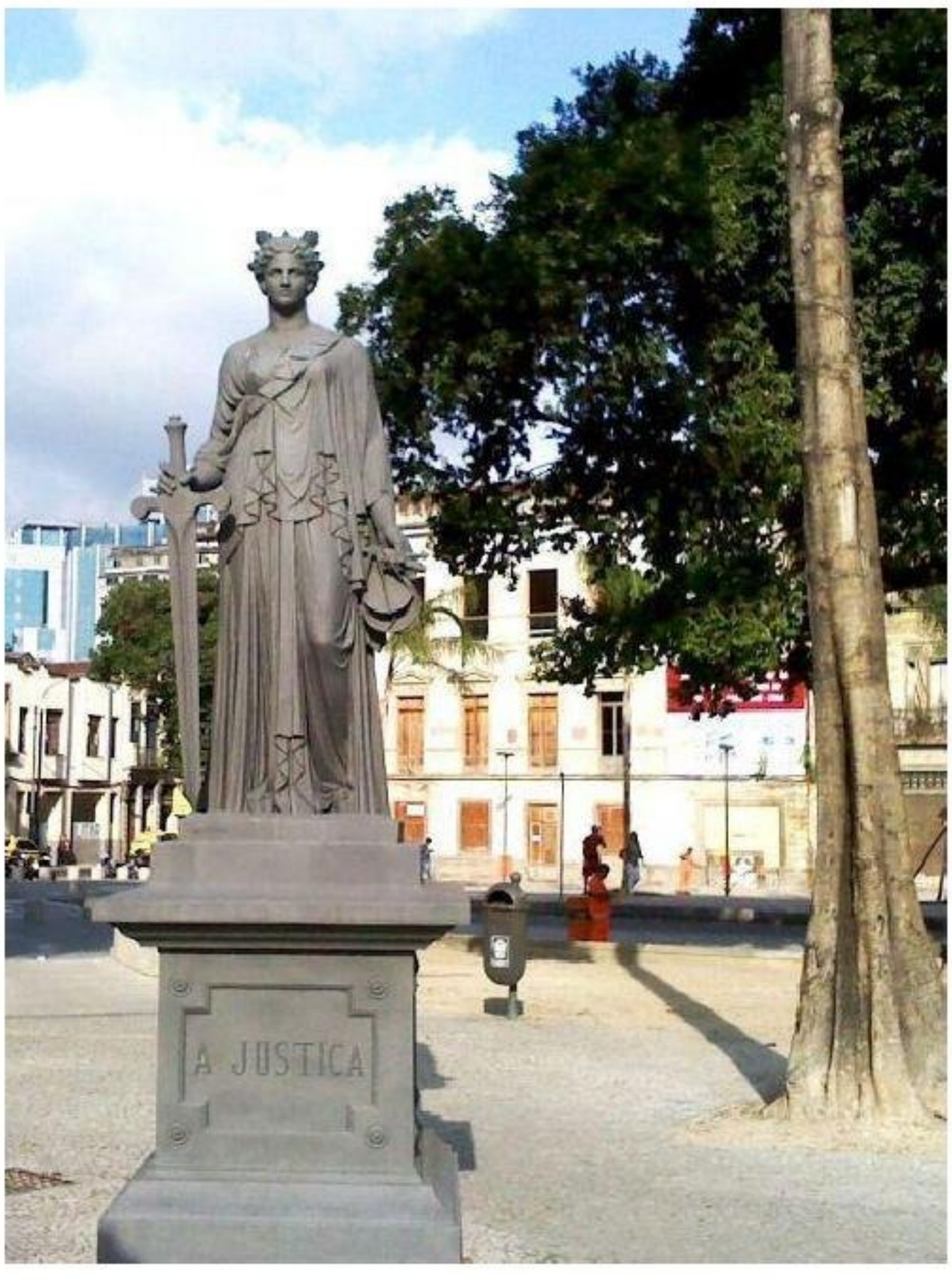
Na base do edifício, junto às escadarias, estão as representações escultóricas da*Ordem* e do *Progresso*. A primeira mescla os atributos da Glória e da Liberdade – a coroa de louros e o barrete frígio na cabeça – com os da Autoridade e da Justiça – o*fasces*, a espada e o livro onde se lê *Lex*. O *Progresso* está representado pelo desenvolvimento do Comércio e da Indústria assinalados pela cornucópia, o caduceu de Mercúrio e a roda dentada.

Adiante do edifício, sobre uma coluna, ergue-se a estátua da *Vitória* alada entregando o laurel da Liberdade ao Brasil independente.

O próprio esquisso do *Palácio Tiradentes* revela-o concebido nos moldes de um templo com o seu zimbório central ladeado pelos quatro contrafortes angulares em guisa dos quatro pontos cardeais incidindo para o central marcado pela estrela do Cruzeiro do Sul, o famoso *Sul Sidério* sinónimo de lugar de Iniciação Espiritual, mas aqui, transpondo para os símbolos republicanos adoptados da Maçonaria, fazendo deste espaço o centro sagrado das leis normativas da República Federativa do Brasil.

AS VIRTUDES MAÇÓNICAS NA PRAÇA TIRADENTES

Sem dúvida que a *Praça Tiradentes* onde está a estátua equestre de D. Pedro I é uma espécie de réplica da Praça do Rossio, no centro da Baixa de Lisboa, em Portugal, onde também está uma estátua desse imperador, igualmente no século XVII esta praça carioca chamava-se *Rossio Grande*, e tal como a dita estátua lisbonense é cerceada pelas quatro virtudes cardeais a esta equestre do imperador também não faltam quatro estátuas de virtudes postadas neste antigo *Rossio Grande*, que só recebeu o nome *Praça Tiradentes* em 1890 por ocasião do centenário da morte do protomártir da Independência que se crê ter sido executado nas proximidades daqui.



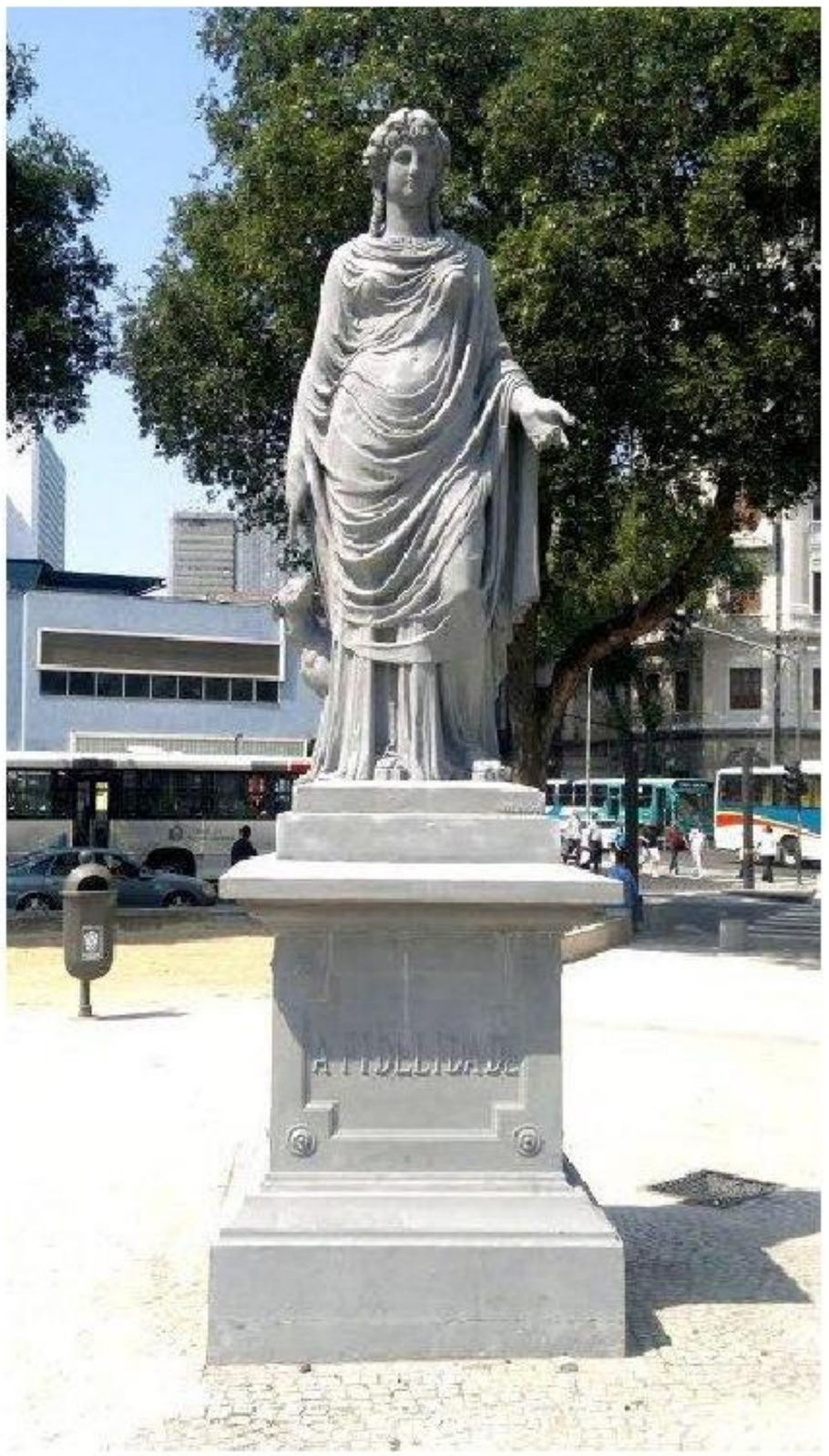
Em 1865, a Praça Tiradentes recebeu as quatro estátuas, em estilo clássico, representando as quatro virtudes das nações modernas: a *Justiça*, a *Liberdade*, a*União* e a *Fidelidade*, em ferro fundido, da Fundição Val d´Osne. Estas estátuas não representam somente as virtudes sociais próprias de um país moderno e desenvolvido mas também e sobretudo as morais patentes no simbolismo da Maçonaria, retratadas exactamente como aqui estão expostas. São, pois, obras de inspiração directa maçónica que, como é costume nestes casos, os autores reservaram-se no anonimato arredando assim qualquer tipo de preconceitos que pudessem surgir em relação a essa Ordem e

seus membros artistas.

A estátua da *Justiça*, vestida de juíza romana laureada, aparece com a espada na destra e a balança na sinistra, representando a Justiça que premeia ou castiga os justos e os prevaricadores com a espada de dois gumes que é o que representam: prémio ou castigo, depois do julgamento imparcial representado pelos dois pratos da balança. Na Maçonaria, a *Justiça* é assumida como virtude moral pela qual se atribui a cada indivíduo aquilo que lhe compete no seio social: praticar a *Justiça*. Esta é, na Ordem Maçónica, a Verdade em acção, a arma para a conquista da Liberdade.

A estátua da *Liberdade*, retratada como uma guerreira romana com a lança na destra e o pergaminho na sinistra, completa o sentido da anterior. A Liberdade é o oposto da tirania que a Maçonaria sempre combateu em toda a parte com a lança do Direito acautelado pelo pergaminho da Tolerância. Os maçons têm-se por homens livres e de bons costumes que vêem o mundo de uma forma progressista e assim cultivam a Liberdade como uma das traves-mestras de qualquer nova sociedade emergente. No tempo do imperador D. Pedro I esta Liberdade devia estar liberta de quaisquer grilhões religiosos ou políticos, motivo dos seus fundamentos serem laicos. Tratava-se da Liberdade de consciência pregada pelos "Livres Pensadores", sempre temidos pelo absolutismo político e religioso porque a sua mensagem era a de reforma social, cujos princípios calcavam-se na Justiça e Perfeição dos homens livres. A luta desses baluartes voltava-se para a consecução dos direitos sociais de cada um, na liberdade de movimentos e também na liberdade de expressão do pensamento e da palavra sem que fosse punido por isso. Como Sociedade Secreta reformista, a Maçonaria sempre lutou pelo Direito, pela Liberdade e pela Justiça, e por isto todo o verdadeiro maçom tem-se como defensor incansável destes valores.

A estátua da *União*, trajada como uma senhora romana pousando a mão direita num escudo onde está desenhado o *fasces* ou feixe de varas simbólico do poder e da autoridade, enquanto com a esquerda segura um ramo de folhas, exprime a unidade moral da acção política da Maçonaria na sociedade tornando o país coeso e autónomo, pelo que à União nacional ligava-se o Amor patriótico e o forte senso de Independência. Aliás, no século XVIII os inconfidentes mineiros maioritariamente maçons tinham como palavra de passe a sigla U.A.I., significando *União*, *Amor*,*Independência*.



A *Fidelidade* surge retratada como uma conselheira romana tendo um cão aos seus pés que ela aponta com o indicador direito, enquanto a mão esquerda está receptiva. O trabalho mental e social da Maçonaria são partes das práticas da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade que representam o todo da acção maçónica. Esta para ser consolidada e estabilizada assenta na *Fidelidade* (simbolizada por aquela do cão ao seu dono), não sendo mais que a aplicação colectiva do conhecimento utilizado na construção de uma sociedade mais justa e perfeita, aliás, sendo principal dos objectivos preconizados pela Filosofia Maçónica: proporcionar a felicidade da Humanidade através de boas e sólidas obras. Esssa felicidade traz consigo de forma latente a fidelidade, dentro de um processo de construção de valores éticos e morais que sustentam o compromisso voluntário do maçom com a Ordem e desta com a Humanidade. É admitida como verdadeira *Fidelidade* a busca da perfeição pessoal e do convívio pleno e harmonioso com os semelhantes em Humanidade, tanto no âmbito iniciático como no mundo profano, para que Tudo se integre finalmente no Todo.

O «MONGE FANTASMA» DO PALÁCIO LARANJEIRAS

O *Palácio Laranjeiras*, no Rio de Janeiro, foi a sede presidencial de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, época em que conheceu grande fausto e glamour cujo sucesso ficaria para sempre gravado na memória carioca. É também desse período que chegam até ao presente histórias fantásticas ocorridas aí com o presidente Juscelino cuja presença e memória marca este espaço encantador onde o halo da sua pessoa parece permanecer. Os mais velhos coevos do bom presidente contam em susurro que ele chegou a ser visitado aqui por um monge misterioso que lhe servia de conselheiro secreto e lhe terá dito para mudar a sede da República do Rio de Janeiro para Brasília, o que de facto aconteceu em 21.4.1960. Além disso, o monge misterioso cumulou Juscelino Kubitschek de bons conselhos e garantiu-lhe a assistência dos Céus enquanto fosse amigo dos pobres e desamparados. Isto é o que contam os funcionários mais antigos deste palácio, e alguns, não poucos, mais impressionáveis afirmam já ter visto o monge misterioso circular entre as salas do edifício ou entre os canteiros do lindo jardim que o circunda. É assim que as Laranjeiras estão ligadas para sempre às pessoas de Kubitschek e do seu conselheiro secreto, o famoso religioso que ninguém sabe quem fosse.

Apesar de ser crença comum a aparição do frade aqui, e talvez ela tenha se repetido, contudo o caso passou-se não neste Palácio Laranjeiras mas no *Palácio das Mangabeiras*, em Belo Horizonte, quando Juscelino Kubitschek era governador do Estado de Minas Gerais e pre-candidato à Presidência da República. O episódio foi contado pelo próprio presidente Juscelino ao coronel Afonso Heliodoro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, que o repassou e constitui um facto inexplicável que apesar de ter ocorrido na região mineira alguns teimam ter sido aqui mesmo, neste espaço apalaçado carioca, que aconteceu.

Ao início de uma noite dos finais de 1954 o governador Juscelino Kubitschek estava repousando no andar superior do Palácio das Mangabeiras, junto à Serra do Curral. De súbito é avisado que um frade misterioso estava esperando por ele na grande sala-de-entrada do andar térreo. Admirou-se, pois não esperava ninguém e a agenda protocolar do dia fora cumprida. Ainda assim, desceu dos seus aposentos e foi receber com cordialidade o religioso, cumprimentando-o alegremente e convidando-o a sentar-se. Juscelino admirou o seu visitante: de longa barba, alto, forte e com olhos de brilho trespassante que sobressaíam do capuz que lhe cobria a cabeça, o religioso trajava a rigor o hábito da sua Ordem. Qual seria?... Com voz firme e serena vai logo dizendo que não pode demorar-se muito e que não vinha pedir nenhum favor, mas deixar alguns conselhos ao governador que deveria acatá-los rigorosamente. Ante a surpresa de

Juscelino parecendo ter ficado repentinamente mudo, o frade aconselha-o a nunca deixar de pensar no bem da Humanidade, no bem do Brasil, e que se preparasse para ser Presidente da República que iria sê-lo. E que chegando ao Rio de Janeiro ficasse não no Palácio do Catete, onde o presidente Getúlio Vargas se suicidara, mas no Palácio Laranjeiras e aprestasse tudo para a capital do Brasil passar do Rio de Janeiro para Brasília. Juscelino Kubitschek olhava o monge profeta com os olhos abertos de perplexidade. Por essa não esperava ele… de súbito o religioso levantou-se sem que o governador conseguisse mexer-se, abençoou-o, despediu-se e retirou-se.

O governador Juscelino estava profundamente impressionado, e conseguindo voltar a si quis saber mais sobre a estranha visita, sobretudo como ela passara pela portaria chefiada pelo disciplinado e eficiente cabo Lucas. O palácio está encravado na montanha, cercado, somente acessível pela portaria muito bem viagiada pela guarda militar. Verificam tudo, procuram por todo o lado. Conclusão: ninguém entrou, ninguém saiu do edifício. Como era possível tal, perguntava constantemente o depois presidente da República Juscelino Kubitschek. Mas parece ter dado ouvidos ao seu conselheiro misterioso, pois já no Palácio Laranjeiras repetia constantemente: "Eu não nasci para ter ódios nem rancores, nasci para construir".

AS CASAS MAL-ASSOMBRADAS DO RIO DE JANEIRO

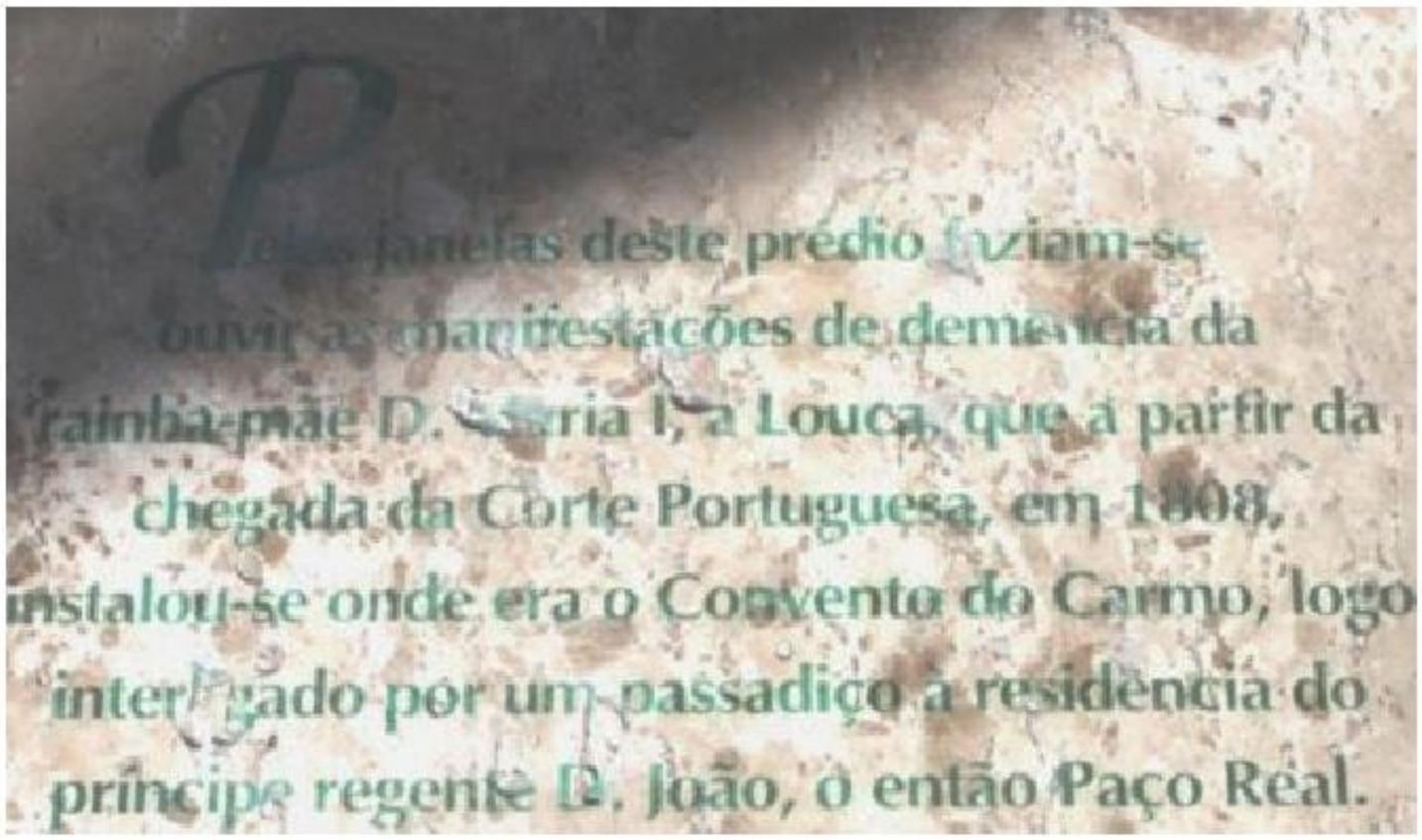
Quando escurece o dia os mortos ocupam o lugar dos vivos em lugares conhecidos e desconhecidos que andam mal-assombrados pelos mesmos. Tanto famosos como outros anónimos são hoje fantasmas que as lendas urbanas cariocas incitam incitam a visitar os lugares do seu poiso mas não deixando de ser uma maneira encapotada para conhecer de perto os principais monumentos do Rio Janeiro que tem tanto para contar, nem que seja através das lendas do além-túmulo onde os mortos servem de guias turísticos aos vivos.

O fantasma de Tiradentes, 200 anos depois da sua morte por enforcamento em 21 de Abril de 1792, ainda se arrasta pelos extensos corredores do palácio governamental com o seu nome, segundo contam os funcionários aterrorizados. Dizem que ouvem grilhões a arrastar-se pelo chão e gemidos de pôr os cabelos em pé que parecem subir do subsolo, onde estava a cadeia que reteve o célebre líder da Inconfidência Mineira, à superfície e prosseguir numa marcha invísivel macabra pelas dependências do edifício. Alguns juram já o ter visto.

Também a imperatriz Leopoldina, a mulher atraiçoada de D. Pedro I, arrasta as suas penas em dois lugares distintos da capital carioca: na igreja da Ordem Terceira do Carmo, em frente à Praça XV, que em 1817 foi palco do seu casamento com o imperador. Apesar dos sete filhos, a relação entre os dois esteve longe de ser um grande história de amor, D. Pedro preferia a marquesa de Santos. Nove anos depois do matrimónio e humilhada pelas sucessivas traições do marido, D. Leopoldina morreu por complicações de um aborto, enquanto D. Pedro passava uma temporada em Portugal. A lenda diz que a mágoa e o rancor acumulados nos anos ao lado do marido, ela levou-os para o túmulo. Seria esse o motivo de D. Leopoldina assombrar até hoje a igreja do seu casamento e o local onde viveu no Brasil, o Palácio S. Cristóvão, onde actualmente funciona o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista (zona norte da cidade).

A alma penada da rainha D. Maria I, a Louca, vagueia entre gemidos lancinantes no prédio comprido n.º 101 da Avenida 1.º de Março, morada oficial da monarca e que confinava com o Convento do Carmo, confiscado em 1808 com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, com a o qual o edifício real se liga e assim também dando passagem à alma infeliz da rainha louca. Este apelido nasceu dos devaneios e surtos causados pela doença mental que a acompanhou nos últimos anos de vida. Isolada, sofrida e fora de si, ela morreu em 1816, com 81 anos, nesta sua primeira e única casa brasileira. Relata-se que a alma penada de D. Maria I perambula pelo velho convento, onde foi pregada uma placa que resume a sua estadia em terras cariocas: "Pelas janelas deste prédio faziam-se ouvir as manifestações de demência da rainha-mãe D. Maria I, a

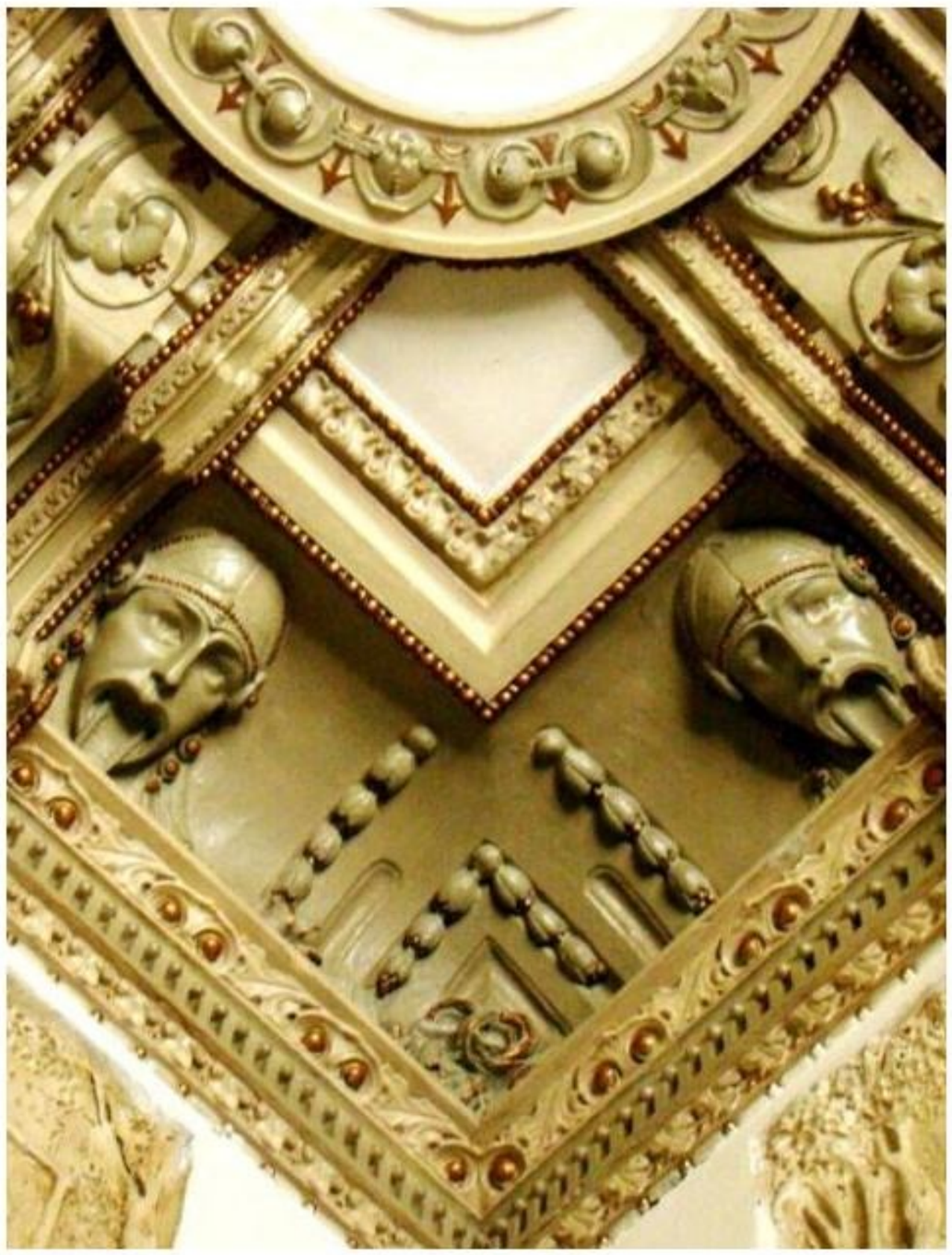
Louca, que a partir da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, instalou-se onde era o Convento do Carmo, logo interligado por um passadiço à residência do príncipe regente D. João, o então Paço Real".


janelas deste prédio
ouvir as manifestações de demência da
rainha-mãe D. Maria I, a Louca, que a partir da
chegada da Corte Portuguesa, em 1808,
instalou-se onde era o Convento do Carmo, logo
interligado por um passadiço à residência do
príncipe regente D. João, o então Paço Real.

O Teatro Municipal, a maior referência da Praça da Cinelândia, alberga três fantasmas, como contam os seus funcionários constantemente assustados pelos mesmos. O mais famoso dos três é o de Arthur Azevedo, jornalista e teatrólogo que lutou pela construção do edifício e que seria o responsável pelo discurso da sua inauguração em 1909. Mas como a morte surpreendeu-o um ano antes, os planos foram modificados e a honra das primeiras palavras do novo teatro coube o seu amigo Olavo Bilac, um dos maiores poetas brasileiros. Diz-se que desde então a alma de Arthur sobe ao palco todas as madrugadas para fazer o discurso interrompido pela sua morte. Outros relatos feitos por vozes assustadas dão conta de uma cantora de ópera com cabelos desgrenhados que solta a voz nos parapeitos do teatro. Por lá também vagueia a alma de um violinista morto a tiros por um maestro dentro do prédio.

Paralelo ao Teatro Municipal, na esquina das ruas Evaristo da Veiga e Treze de Maio, no prédio amarelo onde hoje funciona uma agência bancária, era a residência de Ana Teodoro Ramos Mascarenhas, mãe do bispo José Justino Mascarenhas. Nos meados do século XVIII, as pessoas recorriam a ela para as ajudar nos seus problemas que recorrentemente pedia ajuda ao filho, que como bispo detinha grande poder. Surgiu daí a expressão carioca "vá queixar-se à mãe do bispo". Ana Teodoro morreu no início do século XIX, mas há que diga que já esbarrou com ela debruçada sobre as janelas, como se ainda esperasse os queixumes do povo.

Ainda na Cinelândia, o prédio onde funcionava o antigo Cinema Pathe foi erguido no terreno que abrigava o Convento da Ajuda. Entre 1750 e 1910, aí viviam freiras que faziam doces para vender e que sendo expulsas após a demolição do edifício, as suas almas voltaram para assombrar a sua antiga habitação. O banheiro masculino, à direita da recepção, é o alvo principal. A alguns metros daqui está a Câmara dos Vereadores do Rio, erguida em 1923, e há inúmeros relatos de que os fantasmas de ex-funcionários passeiam pelos corredores. Talvez por isto seja comum dizer-se que "a política carioca está mal-assombrada".



Finalmente, aparece o fantasma do Castelinho do Flamengo. Construído em 1918, foi habitado na década de 30 do século passado pela família portuguesa Fernandes. Após o atropelamento e a morte dos pais, a sua filha Maria de Lourdes teria sido presa e maltratada na torre do castelo pelo tutor que queria apropiar-se dos bens da família. A pobre jovem sucumbiu vítima dos maus tratos. Então, o seu fantasma regressou vindo assustar os moradores que ocupavam o edifício na década de 70, aparecendo-lhes e dizendo-lhes com voz do além-túmulo: "Só quero o que é meu". Até hoje, o fantasma continua por lá.

LAZARETO E AS TRAGÉDIAS ESQUECIDAS

Incrostado num dos locais mais belos do Rio de Janeiro está o *Lazareto*. São ruínas que mesclam a beleza da paradisíaca Ilha Grande, na Enseada no Abraão, com o sofrimento imposto pelas condições desumanas aos condenados que aí cumpriam as suas penas. Foi hospital de leprosos – donde *Lazareto*, evocativo de *Lázaro* o leproso ressuscitado por Cristo – e também presídio e local de tortura na época da ditadura. As celas, hoje destruídas mas que ainda podem-se ver os seus contornos obscuros, nas épocas de maré cheia eram inundadas pelas águas afogando os prisioneiros sem que houve um gesto de compaixão por eles. Correm relatos de aparições fantasmagóricas aqui, de gritos de dor vindos do Além e sensações de náuseas em alguns mais sensíveis quen visitam este lugar de tragédias esquecidas, seja por influência psíquica das almas penadas que por ali se arrastam, seja simplesmente por um insuportável sentimento de medo.

As ruínas do hospital e depois presídio do *Lazareto* são faladas mas quase nada conhecidas, por ser lugar que se evita por trazer recordações dolorosas que ainda estão vivas na memória dos brasileiros. A estrutura arruinada do edifício pode ser visitada seguindo a pé a partir da Vila do Abraão pela Praia Preta (cor das suas areias monazíticas), indo pela ala de palmeiras como acesso principal enquanto o resto está totalmente tomado pela vegetação. O que resta do edifício ainda revela a sua antiga imponência e austeridade, sobretudo as alas dos prisioneiros nos pisos inferiores cujas celas são testemunhos lancinantes de episódios dramáticos para sempre marcados nas suas paredes arruinadas contagiando todo o espaço envolvente. É fácil entender porque se evita aproximar-se das ruínas do *Lazareto*… e com isso se ignora a sua história agora evocada.

O *Lazareto* foi construído com a finalidade de ser um hospital de isolamento dos emigrantes que desembarcavam no Rio de Janeiro atacados de cólera mórbida, em estado leproso. Foi fundado em 1884 na antiga Fazenda do Holandês por instância do imperador D. Pedro II que visitou-o duas vezes, em 1886 e em 1889, mandando construir o aqueduto próximo que fornecia água potável para aí. Funcionou em regime de internato e quarentena dos emigrantes até 1910-13, mas já em 1903 se instalara paralelamente a

Colónia Penal destinada a presos de delito comum também doentes contagiosos, deixando-os aí apodrecer e morrer esquecidos pela sociedade. Em 1932 aqui estiveram presos os líderes do movimento constitucionalista de São Paulo, e vários nome célebres das artes e letras brasileiras conheceram a desumanidade desta prisão, como o escritor Orígenes Lessa. Em 1940 o presidente Getúlio Vargas tranformou-o em Presídio Federal; em 1954 voltou à condição de Colónia Penal Cândido Mendes, e assim funcionou até 1963. Neste ano, o edifício foi demolido a tiros de canhão por ordem do Governador do Estado, Carlos Lacerda, num ataque de fúria contra a desumanidade do local que trazia o Rio e o Brasil envergonhados e revoltados contra esse monumento à bestialidade humana.

As ruínas estão dentro do Parque Estadual da Ilha Grande. Restam hoje apenas as ruínas de algumas colunas envoltas por raízes de árvores, a base do edifício, com extenso muro de pedras de mão, e as ruínas da antiga ponte transformadas em celas de presídio. Da ambientação original restou a ala de palmeiras imperiais e a ponte sobre o pequeno córrego, que passa ao lado das ruínas. Apesar do nome *Lazareto* soar mal aos ouvidos, originalmente ele era uma construção bem estruturada e até parecia um hotel, um verdadeiro colosso com pavimentos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes com enfermarias, laboratórios, jardins, rio e água pura da fonte que chegava aos reservatórios através do aqueduto a uma vazão de 1000 litros por hora.

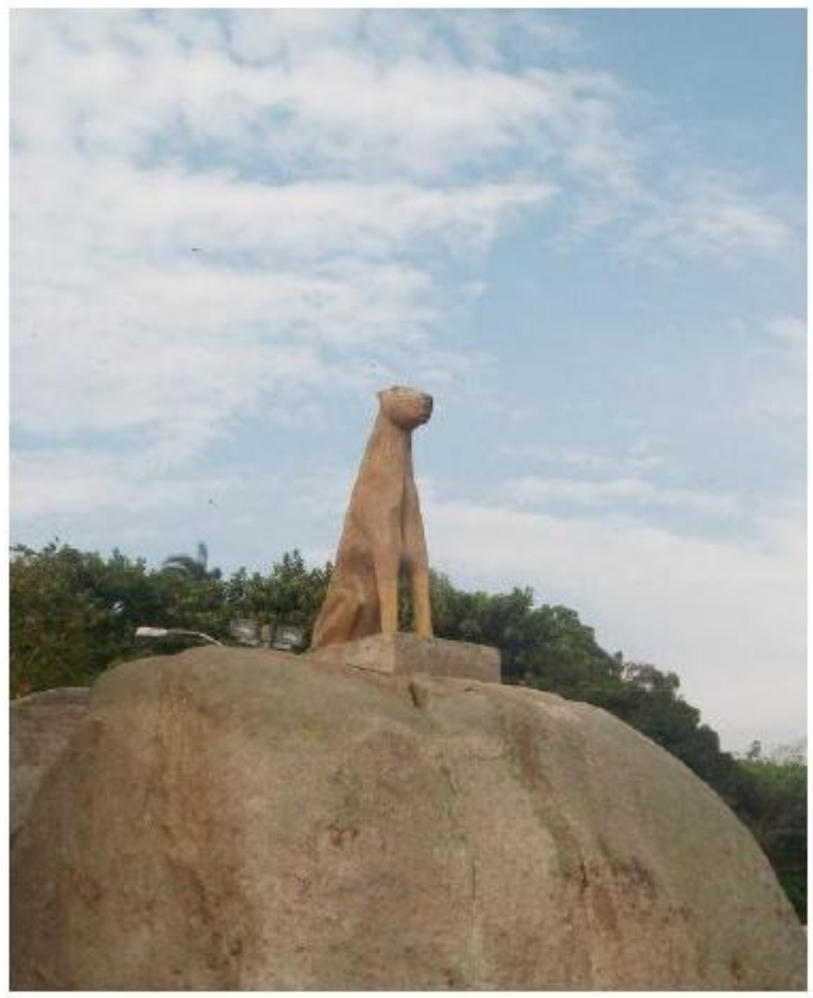
O *Lazareto da Praia Grande* foi construído pelo engenheiro imperial Francisco de Paula Freitas e o seu auxiliar, o engenheiro Henrique Álvares da Fonseca. Deixou de funcionar quando um congresso de sanitaristas, onde participou o dr. Oswaldo Cruz, sugeriu a desactivação dos lazaretos, posto que estes não impediam a disseminação de doenças contagiosas. E assim passou de hospital a presídio e finalmente a ruínas evocativas de tragédias esquecidas.

O MARACAJÁ ENCANTADO DA PEDRA DA ONÇA

Num dos recantos mais belos da Ilha do Governador, no final da Praia da Guanabara, no Bananal que fica no bairro da Freguesia, estão aglomeradas grandes pedras arredondadas lavadas pelas marés contínuas e que ali parecem ter sido dispostas cuidadosamente pelo Criador. Uma dessa pedras, a mais alta, serve de pedestal a uma estátua absolutamente singular: a de um gato-do-mato ou *maracajá*, e que pela sua semelhança com a onça o rochedo onde ficou conhecido como *Pedra da Onça*, lugar donde disfruta-se uma deslumbrante paisagem paronâmica da baía e do Dedo de Deus, o pico da cadeia

montanhosa da Serra dos Órgãos do Estado do Rio de Janeiro. O *maracajá* tem os olhos postos na distância das águas como quem espera alguém…

Quantos conhecem a sua lenda que é das mais belas do Rio de Janeiro a ponto de merecer a erecção da estátua do animal? Por certo poucos, como poucos conhecerão o lugar verdadeiramente paradisíaco. Vamos aqui contar a sua linda história tecida com os fios da ternura e da fidelidade.



Nos séculos XVI e XVII os gatos-do-mato habitavam a Ilha do Governador como a sua fauna principal ou a mais numerosa. Os *tupinambás* chamavam-lhes *maracajás* e até domesticaram alguns deles que faziam parte do colorido social da tribo. Conta a lenda que uma índia que aí vivia ia todos os dias, ao final da tarde, até à praia com o seu gato *maracajá* que criava desde filhote, e lá ficava a mergulhar da pedra para o mar durante horas. Um dia, porém, a jovem índia mergulhou e bateu com a cabeça numa pedra no fundo da água, de imediato perdendo os sentidos nunca mais voltando à superfície. O gato ficou a esperá-la, olhando o mar até não mais aguentar e morrer de fome, apesar da tentativa dos índios em retirá-lo do local, para onde voltava sempre até ao último suspiro.

Esta lenda evocativa das origens tupinambás do lugar e do respeito ecológico e zoológico que então havia por parte dos autóctones em relação à Natureza, apesar de não ter sido confirmada pelos historiadores inspirou, por alturas de 1920, um grupo de moradores de Freguesia, enternecidos com essa linda história, a erguer o monumento em homenagem à fidelidade do animal. O artista plástico Guttman Bicho projectou e esculpiu o *maracajá*. Em 1965 a estátua original, já bem castigada pelo tempo, foi substituída por outra que lá está até hoje.

Verdade ou não, a lenda atravessou os tempos contada pelos moradores do local e a *Pedra da Onça* é um lugar mágico onde qualquer pessoa sente um impulso irresistível de sentar numa pedra e ficar observando o mar, como quem espera a jovem índia emergir das águas e assim acalmar o espírito do fiel gato *maracajá* que, com certeza, ainda ronda o local esperando a sua dona voltar.

Contactos: Por correio: ao cuidado de Dr. Vitor Manuel Adrião. Rua Carvalho Araújo, n.º 36, 2.º esq. 2720 – Damaia – Amadora – Portugal

Endereço electrónico: vitoradrião@portugalis.com

Sítio internet: Lusophia

Vítor Manuel Adrião, renomado escritor esotérico português, é consultor de investigação filosófica e histórica, formado em História e Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, tendo feito especialização na área medieval pela Universidade de Coimbra. Presidente-Fundador da Comunidade Teúrgica Portuguesa e Director da Revista de Estudos Teúrgicos Pax, Adrião é profundo conhecedor da História Medieval do Sagrado, sendo conferencista de diversos temas relacionados ao esoterismo, às religiões oficiais, aos mitos e tradições portuguesas, às Ordens de Kurat (em Sintra) e do Santo Graal, das quais também faz parte.